



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Processo nº: 36705/2017-e.

Interessado: Cidadão.

Jurisdicionado: Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal - CBMDF.

Assunto: Representação.

Ementa:

- Representação oferecida por cidadã, acerca de possível irregularidade na postergação da análise de legalidade de sua admissão no âmbito desta Corte de Contas, considerando-se que houve o trânsito em julgado de ação judicial que lhe fora favorável (e-DOC 1F2172A5-c);
- Decisão nº 6.066/2017: conhecimento da Representação. Diligência;
- **Nesta fase:** análise de mérito da inicial. Apreciação, para fins de registro, da legalidade do ato de admissão da representante;
- Corpo Técnico (peça 14): propõe ao Plenário que considere cumprida a diligência. Pela improcedência da representação, tendo em vista a inexistência da irregularidade apontada. Determinação para o CBMDF manter atualizadas as informações acerca do desfecho da matéria relativa à exclusão da interessada do CFO/CBMDF - 2007, em face do não preenchimento da idade mínima prevista no edital do processo seletivo;
- MPJTCDF (peça 16): parcialmente convergente. Pelo retorno dos autos à Unidade Técnica para reinstrução;
- **VOTO** divergente. Considere cumprida a diligência. Pela procedência da representação. Julgue legal, para fins de registro, o ato de admissão da representante.

RELATÓRIO/VOTO

Cuidam os autos de denúncia formulada por cidadã com pedido de julgamento de legalidade de admissão (e-DOC C929E99E-e), cujo objeto versa sobre suposta ofensa ao princípio da razoável duração do processo, tendo em vista a omissão, até a presente data, na apreciação, para fins de registro, do ato de admissão da denunciante nos quadros do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, ocorrida em 24.7.2007, conforme dados disponíveis no SIRAC.

2. A inicial foi admitida por meio da Decisão nº 6.066/2017 (Peça 2), proferida no Processo nº 36.705/2017, *in verbis*:

I – conhecer da representação, uma vez atendidos os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 230, do RI/TCDF; II – determinar ao



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

*Corpo de Bombeiros do Distrito Federal que, no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhe ao Tribunal, no intuito de subsidiar a análise de admissão da representante, o desfecho do processo administrativo que culminou na exclusão da interessada do CFO/CBMDF - 2007, em face do não preenchimento da idade mínima prevista do edital regulador do referido processo seletivo; III – dar ciência desta decisão à representante signatária da exordial; IV – autorizar: a) o envio de cópia da Representação, bem como dos documentos que lhe deram origem à jurisdição para subsidiar sua manifestação; b) **a SEFIPE, tão logo seja dado cumprimento ao item II deste "decisum", a proceder, nos autos em exame, à apreciação, para fins de registro, da legalidade do ato de admissão da representante.***

(Grifei).

3. Em atenção à mencionada decisão, o jurisdicionado enviou o Ofício SEIGDF nº 54/2018 - CBMDF/GABCG (Peça 12), esclarecendo que a Comissão de Concursos Públicos da Corporação posicionou-se pela anulação do ato de exclusão da Capitã QOBM/Comb. Juliana Gomes Leal, bem como destinou à Procuradoria-Geral do Distrito Federal manifestação final acerca de sua inclusão nas fileiras da Corporação, conforme consta do Processo SEI-053-033626/2016.

4. Nesta fase processual, examina-se o mérito das alegações consignadas na inicial, assim como a legalidade, para fins de registro, do ato de admissão da representante.

5. O Corpo Técnico, por meio do e-DOC 69147184-e (peça 14), no mérito, pugnou pela improcedência da exordial, nos seguintes termos:

DO CUMPRIMENTO DA DILIGÊNCIA

10. Em resposta à diligência em questão, por meio do Ofício SEI-GDF nº 54/2018 – CBMDF/GABCG (Peça 12), o Comandante-Geral encaminha manifestação oriunda da Comissão Permanente de Concursos Públicos do CBMDF (Memorando SEI-GDF nº 15/2018-CBMDF/SUBCG/COPEC). Então, passemos, no presente momento, a expor seu conteúdo, bem como apreciar o cenário jurídico relativo ao ingresso da representante na Corporação.

11. Assevera a referida Comissão que, com esboço em Nota Técnica SEIGDF nº 291/2017 – CBMDF/GABCG/ASJUR, os setores responsáveis da Corporação manifestaram-se favoravelmente à militar, no sentido de que sua exclusão do concurso público (efetivada pelo Edital nº 22, de 05.09.2007) pelo não atendimento da idade mínima de 18 anos deu-se por ato administrativo nulo por falta de observância ao contraditório e ampla defesa.

12. A referida Nota Técnica da Assessoria Jurídica do CBMDF (ASJUR) traz, em suma, os seguintes argumentos em relação ao pleito administrativo da militar de efetivação da inclusão na data da matrícula no CFO (dia 14.11.2007):

- A exclusão da militar foi motivada por não ter a requerente atendido, na data da matrícula no CFOBM, o requisito de idade mínima;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

- *A requerente foi reincluída por força de decisão judicial, ainda não transitada em julgado;*
- *Apesar de o tema estar submetido ao Poder Judiciário, não há óbice para que seja apreciado, no âmbito da Administração Pública, máxime em razão da independência das instâncias administrativa e judicial, a regularidade da admissão;*
- *Não houve a observância do devido processo legal para a exclusão da militar, não tendo havido a instauração de um legítimo processo administrativo de licenciamento, vez que não foi a interessada notificada ou lhe oportunizado o direito de se manifestar acerca de sua exclusão;*
- *A exclusão da candidata (dia 05.09.2007) se deu posteriormente à própria matrícula da requerente no CFOBM (publicada no BG nº 164, de 28.08.2007);*
- *A efetiva matrícula da então candidata no CFOBM alterou sua situação jurídica, vez que passou a ostentar a condição de praça especial, o que revela a necessidade de um tratamento específico, vez que sua exclusão implica a perda de direito por parte da militar;*
- *Não oportunizar a manifestação da parte interessada previamente ao cerceamento de seus direitos macula o ato administrativo praticado;*
- *Manifestou-se corretamente a DIGEP “pela imperiosa necessidade de anulação do ato proferido em 2007, o qual excluiu o nome da militar da convocação para a matrícula no CFO, em razão do não cumprimento do requisito de idade mínima de 18 anos, publicada no DODF nº 175, de 11 de setembro de 2007, haja vista ter sido proferido de forma abrupta e sumária, sendo manifestamente contrário às garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa”;*
- *O reconhecimento da ilegalidade do ato praticado impõe a continuidade da atuação no sentido de pronunciar sua nulidade, razão pela qual se entende pela juridicidade do deferimento do postulado pela requerente quanto à declaração de nulidade de sua exclusão, levada a efeito pelo Edital nº 22, de 05.09.2007;*
- *Após a publicação do Edital nº 22, de 05.09.2007, e efetivação da exclusão da militar, a requerente obteve decisão judicial (Processo nº 2007.00.2.012969-2) liminar para que fosse novamente matriculada no CFOBM. A ordem judicial foi atendida pelo CBMDF por portaria publicada no DODF de 21.11.2007, que a matriculou no CFOBM a contar de 14.11.2007. Assim, passou a constar dos assentamentos funcionais da militar nova data de inclusão nas fileiras do CBMDF: dia 14.11.2007, data essa em que a militar já possuía 18 anos;*
- *No Processo TCDF nº 1053/04-B, a Corte de Contas analisou a matrícula de candidata como praça especial no CFO/2001 sem ter se submetido à fase de exame psicológico (ela se submetera a tal exame após o início do curso de formação), tendo entendido pela possibilidade de convalidação do vício;*
- *O caso ora tratado se assemelha ao precedente do TCDF, posto que em ambos verifica-se que a inclusão no CBMDF se deu com a detecção de irregularidades que foram posteriormente superadas;*
- *A situação da militar apresenta mais fatores favoráveis à convalidação da matrícula: não se vislumbra qualquer malferimento ao princípio do concurso público, vez que: a) a candidata fora aprovada em todas as fases do concurso; b) a citada ilegalidade no ingresso ocorrido em 06.08.2007 pelo não preenchimento do requisito etário para matrícula foi*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

igualmente superada, vez que a atual data de inclusão da militar é 14.11.2007, momento no qual a candidata já contava com 18 anos;

- *A reinclusão da militar se deu em razão de ordem judicial, mas é cabível o aproveitamento do ato, convalidando-o como suficiente para sanar a irregularidade de exclusão anteriormente cometida;*

- *Para todos os efeitos funcionais, a carreira da militar se iniciou em 14.11.2007, marco a partir do qual se conta o tempo de serviço militar.*

13. A Assessoria Jurídica, no citado parecer, conclui afirmando que se vislumbra a juridicidade do deferimento do postulado pela requerente quanto à declaração de nulidade de sua exclusão, sendo possível a adoção de ato administrativo que convalide a inclusão nas fileiras do CBMDF, tornando definitivo o ingresso ocorrido em 14.11.2007. Porém, entende que o feito deve ser levado à consideração da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

14. Assim, administrativamente, a matéria em questão foi submetida à manifestação da PGDF, conforme Ofício SEI-GDF nº 689/2017 – CBMDF/GABCG, ainda pendente de pronunciamento.

DA ANÁLISE DO MÉRITO DA REPRESENTAÇÃO E DO INGRESSO DA MILITAR NO CBMDF

15. Passemos à análise de mérito da representação, bem como da inclusão da militar no CBMDF, em obediência ao item IV, b, da Decisão TCDF nº 6066/2017. Juntamos aos autos a ficha de admissão extraída do SIRAC (Peça 13).

16. Pelas informações carreadas aos autos, vislumbra-se que o ingresso da militar possui dois questionamentos acerca de cumprimento de requisitos editalícias: altura mínima de 1,65m e idade mínima de 18 anos.

A) DO REQUISITO DA ALTURA MÍNIMA

17. Em relação à altura mínima de 1,65m, exigida pelo subitem 4.1, XIII, do Edital Normativo nº 07/2006 (DODF de 20.9.2006)³, a candidata havia sido excluída do certame na 4ª etapa (inspeção de saúde – exames médicos, biométricos, testes toxicológicos e complementares). Em função disso, ajuizou demanda judicial perante o TJDF (Mandado de Segurança nº 2007.01.1.087097-5), a qual passaremos a discorrer a seguir.

18. A candidata obteve liminar para prosseguir no concurso, porém, na sentença, a segurança foi denegada e a liminar cassada. Inconformada, interpôs apelação, a qual foi provida pela 3ª Turma Cível do TJDF:

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. CONCURSO PARA BOMBEIRO DO DISTRITO FEDERAL. EXIGÊNCIA DE ALTURA MÍNIMA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.

1. O Conselho Especial declarou inconstitucional, por ofensa aos princípios da isonomia e da razoabilidade - inscritos nos artigos 5º, caput, e 37, caput, da Constituição Federal - a interpretação que aplique o § 2º do artigo 11 da Lei Federal nº 7.479/86, com a redação que lhe deu a Lei Federal nº 11.134/2005, também ao ingresso de médicos e capelães nos Quadros de Oficiais Bombeiros Militares. (AII 2008001019422-3)

2. A exigência de altura mínima para ingresso nos Quadros do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal se mostra contrária ao princípio da razoabilidade, além de obstaculizar o livre acesso a cargo público, assegurado nos incisos I e II do artigo 37 da Constituição Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

3. Recurso provido. Segurança concedida.

19. Posteriormente, a candidata interpôs embargos de declaração em face do decisum retro transcrito, porém, acabou por pedir desistência desse recurso. Em seguida, houve o trânsito em julgado.

20. Assim, percebe-se que a candidata logrou êxito em sua demanda judicial que tinha por objeto o cumprimento do requisito de altura mínima.

21. Além disso, ainda sobre tal matéria, cabe asseverar que o TCDF, em sede do Processo nº 21186/2007, já havia se manifestado favoravelmente à militar, conforme disposto na Decisão nº 94/2007, assegurando a participação da militar no concurso.

22. Dessa forma, em relação ao cumprimento da regra editalícia de altura mínima, não há máculas que contaminem seu ingresso na Corporação.

B) DO REQUISITO DA IDADE MÍNIMA

23. Preliminarmente, cabe ressaltar que, a representante, em sua peça inicial, quedou-se silente acerca do não cumprimento do requisito em epígrafe bem como do fato de ter ajuizado demanda judicial sobre tal matéria, fatores relevantes para que o TCDF possa se manifestar acerca de seu ingresso no CBMDF.

24. Conforme exposto, a militar fora excluída da quarentena que antecede o início do CFBOM, em 05.09.2007, pelo fato de que, no momento da reclusão em quarentena, não possuir a idade mínima de 18 anos (requisito constante do Edital Normativo nº 07/2006, subitem 4.1, III).

25. Em decorrência desse ato, ajuizou demanda perante o TJDF (Mandado de Segurança nº 2007.01.1.108609-7), com pedido de liminar. Em 28.09.2007, o pedido liminar foi negado, motivo pelo qual a militar ingressou com Agravo de Instrumento (AIG nº 2007.00.2.012969-2) perante o TJDF, tendo obtido liminar a ela favorável, em 06.11.2007, para que fosse mantida no certame, inclusive matriculada no curso de formação.

26. Dessa forma, foi novamente matriculada no CFBOM em 14.11.2007, lá permanecendo até o presente momento.

27. No mérito do AGI, a 5ª Turma Cível do TJDF julgou extinto o processo:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - IDADE MÍNIMA - PRELIMINAR DE LITISPENDÊNCIA ACOLHIDA - EXTINÇÃO DO PROCESSO. 01. Uma vez reconhecida a decadência em mandado de segurança com identidade de partes, objeto e causa de pedir, nada mais há que se discutir, impondo-se a extinção do processo sem exame de mérito, consoante determina o art. 267, V do CPC, não pela litispendência, mas pela ocorrência da coisa julgada. 02. Preliminar acolhida para extinguir o processo. Unânime.

28. Houve a interposição de diversos embargos de declaração, que foram rejeitados, bem como de Recurso Especial. No último pronunciamento, o Relator do feito na 5ª Turma Cível assim se manifestou:

AGRAVO DE INSTRUMENTO Processo Número : 2007 00 2 012969-2
Agravante(s) : JULIANA GOMES LEAL - Justiça Gratuita Agravado(s) :
DISTRITO FEDERAL Relator : Desembargador ROMEU GONZAGA
NEIVA D E C I S Ã O Vistos, etc. Trata-se de AGRAVO DE



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

*INSTRUMENTO, com pedido de liminar, interposto por JULIANA GOMES LEAL em face de decisão proferida pelo MM. Juiz da Sexta Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, em mandado de segurança impetrado pelo ora recorrente contra ato do COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DF, que indeferiu o pedido de liminar, para suspender a eficácia de decisão da autoridade coatora tendente a excluí-la do curso de formação para nomeação e posse no Posto de Oficial Bombeiro Militar, por descumprir o requisito previsto no edital de idade mínima de 18 (dezoito) anos. Distribuído o feito a esta Relatoria, considerando que o imediato indeferimento da medida liminar poderia acarretar a perda do objeto deste agravo de instrumento e porque comprovado que a agravante já atingira a maioria no momento de sua exclusão, entendi por bem deferir a liminar para permitir que a recorrente fosse mantida no certame, inclusive matriculada no curso de formação referido na petição inicial (fls. 225/228). Ao examinar o mérito, a eg. 5ª Turma Cível acolheu preliminar de litispendência argüida pelo Ministério Público, em seu parecer, em relação ao mandado de segurança que tramitou também na Sexta Vara da Fazenda Pública do DF, determinando, assim, a extinção do processo principal. Inconformada, a agravante opôs sucessivos embargos declaratórios, estes foram rejeitados, e recurso especial. Após determinação do STJ, foi proferido novo julgamento em sede de embargos declaratórios, a fim de suprir as omissões quanto ao trânsito em julgado da sentença proferida no primeiro mandado de segurança, bem como em relação à isonomia entre a agravante e outro candidato. Novo julgamento foi proferido, a fim de sanar os vícios apontados. Opostos novos embargos declaratórios, também estes foram rejeitados. Não satisfeita, a parte agravante interpôs recurso especial, alegando violação do art. 535, I e II do CPC, argumentando não ter esta e. Corte manifestado satisfatoriamente sobre a violação à isonomia; o fato novo (art. 462 do CPC); fato consumado, já que a recorrente concluiu com êxito o curso de formação e obteve administrativamente a promoção na hierarquia de cadete para aspirante a oficial e diploma; bem como ter atingido a maioria, dentre outras questões, tais como a efetivação de nova matrícula, quarentena e licença médica. Em decisão de fls. 829/830, foi deferido o processamento do recurso especial pela presidência deste Tribunal. Os autos vieram-me conclusos. Os documentos de fls. 833/900 foram remetidos a esta Relatoria pelo STJ e a certidão de fl. 900, verso, dá conta do trânsito em julgado do primeiro acórdão em 28.10.2010. O Distrito Federal, intimado, manifesta-se sobre a decisão da Corte Superior e o Ministério Público oficia pela ausência de interesse público ou social a justificar a sua intervenção. Em pesquisa no sítio do STJ, constata-se que, no segundo recurso especial (RE nº 1320594/DF), o Exmo. Sr. Ministro Benedito Gonçalves decidiu, em 11.11.2016, monocraticamente pela negativa de provimento. Na oportunidade, o relator salientou a correta rejeição dos embargos de declaração pela eg. 5ª Turma Cível, ante a inexistência de omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada, concluindo-se pela ausência de ofensa ao art. 535 do CPC. Aguarde-se, portanto, o trânsito em julgado da decisão. Após, retornem-se os autos à Vara de origem, para as providências cabíveis. Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se. Brasília, de de 2017. Des. ROMEU GONZAGA NEIVA Relator *20070020129692AGI.**

29. Assim, ainda não houve trânsito em julgado na referida ação judicial e o posicionamento do TJDF tem sido desfavorável à candidata até o presente momento. 3

0. Administrativamente, conforme informações do CBMDF, houve requerimento da militar para que a Corporação: a) declare a nulidade do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

ato de sua exclusão do CFBOM (Edital nº 22, de 05.09.2007) por não possuir 18 anos à época; b) convalide sua inclusão na Corporação, tornando definitivo o ingresso ocorrido em 14.11.2007.

31. Conforme resposta da Corporação, o pleito da candidata merece ser acolhido, vez que haveria nulidade no ato de exclusão por ofensa ao princípio do contraditório e da ampla defesa, bem como existem precedentes do TCDF que fundamentariam a convalidação do ato de ingresso da militar. Todavia, a adoção de medidas administrativas tendentes à regularização do referido ingresso pende de análise da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

32. Nesse cenário, pode-se inferir que nem judicialmente nem administrativamente o referido ingresso encontra-se definido em relação ao requisito de idade mínima.

33. Dessa forma, não há irregularidade pela não manifestação do TCDF acerca da legalidade da admissão, de sorte que a representação em questão pode ser considerada não procedente.

34. A regularidade do ingresso, portanto, pende de manifestação administrativa definitiva e de eventual edição de atos administrativos de nulidade e de convalidação. Assim, sugerimos que a Corporação encaminhe ao TCDF a manifestação da PGDF acerca da matéria assim que ocorra e assim que forem adotadas as possíveis medidas administrativas correspondentes, para então se pronunciar sobre a regularidade do ingresso da militar na Corporação.

7. Ao final de seu exame, a Instrução apresenta as seguintes sugestões:

I – tomar conhecimento do Ofício SEI-GDF nº 54/2018 – CBMDF/GABCG (Peça 12), considerando cumprida a diligência determinada pelo item II da Decisão nº 6066/2017, bem como da ficha admissional juntada aos presentes autos (Peça 13);

II – considerar improcedente a representação preambular dos autos, tendo em vista a inexistência da irregularidade apontada;

III – determinar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF que, assim que ocorra a manifestação da Procuradoria-Geral do Distrito Federal acerca do requerimento da militar Juliana Gomes Leal (conforme Ofício SEI-GDF nº 686/2017 – CBMDF/GABCG) e que sejam porventura adotadas as correspondentes medidas administrativas, preste ao TCDF os esclarecimentos necessários acerca do desfecho da matéria relativa à exclusão da interessada do CFO/CBMDF - 2007, em face do não preenchimento da idade mínima prevista do edital regulador do referido processo seletivo;

IV – dar conhecimento da decisão que vier a ser proferida à signatária da representação preambular, bem como à Procuradoria-Geral do Distrito Federal;

V – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para os devidos fins.

8. Chamado aos autos para se manifestar, o MPjTCDF, por intermédio do Parecer nº 158/2018– GP1P (peça 16), da lavra do i. Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, convergiu parcialmente para o encaminhamento alvitrado pela Unidade Técnica, propondo:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

I. tomar conhecimento do Ofício SEI-GDF nº 54/2018 – CBMDF/GABCG (Peça 12), considerando cumprida a diligência determinada pelo item II da Decisão nº 6066/2017, bem como da ficha admissional juntada aos presentes autos (Peça 13);

II. considerar improcedente a representação preambular dos autos, tendo em vista a inexistência da irregularidade apontada;

III. determinar o retorno dos autos à Unidade Técnica para fins de reinstrução, autorizando, para tanto, a realização de inspeção junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, com vistas a obter elementos necessários e suficientes para avaliar a alegada nulidade do ato administrativo que excluiu a candidata Juliana Gomes Leal do Curso de Formação de Oficiais, praticado em 5/9/2007, verificando, ainda, o desfecho administrativo da mesma matéria;

IV. dar conhecimento da decisão que vier a ser proferida à signatária da representação preambular;

V. autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para os devidos fins.

É o Relatório.

VOTO

9. Cuidam os autos de denúncia formulada por cidadã com pedido de julgamento de legalidade de admissão (e-DOC C929E99E-e), cujo objeto versa sobre suposta ofensa ao princípio da razoável duração do processo, tendo em vista a omissão, até a presente data, na apreciação, para fins de registro, do ato de admissão da denunciante nos quadros do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, ocorrida em 24.07.2007, conforme dados disponíveis no SIRAC.

10. As alegações da interessada na inicial em suma são:

(i) violação ao princípio da duração razoável do processo diante da “postergação”, por mais de 6 anos, da análise da legalidade, para fins de registro, da admissão da denunciante no quadro de Oficiais do CBMDF;

(ii) ingresso na Corporação em 14.11.2007, por força de decisão judicial, pois não possuía a altura de 1,65m exigida no edital, para homens e mulheres;

(ii) trânsito em julgado, desde 18.1.2011, da decisão judicial proferida pelo TJDF no Processo nº 2007.01.1.087097-5 que reconheceu o seu direito de permanecer nas fileiras do CBMDF;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

(iii) o CBMDF investiu mais de 9 anos na contínua formação profissional da representante;

(iv) a requerente possui 10 anos de serviço na corporação, tendo concluído o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais com a pretensão de, em pouco tempo, ser promovida ao posto de Major QOBM/Comb. do CBMDF.

11. Ao admitir a inicial por meio da Decisão nº 6.066/2017 (Peça 9), o Tribunal determinou não só ao CBMDF que encaminhasse informações acerca do desfecho do processo administrativo que culminou na exclusão da interessada do CFO/BM - 2007, em face do não preenchimento da idade mínima prevista no edital do concurso público, como também à SEFIPE que procedesse, nos presentes autos, à apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de admissão da representante.

12. Os esclarecimentos prestados pelo CBMDF, por intermédio do Ofício SEIGDF nº 54/2018 - CBMDF/GABCG (Peça 12), apontam que a Comissão de Concursos Públicos da Corporação posicionou-se pela anulação do ato de exclusão da Capitã QOBM/Comb. Juliana Gomes Leal, estando no aguardo da manifestação da Procuradoria-Geral do Distrito Federal acerca da permanência da militar nas fileiras da Corporação, conforme Processo SEI-053-033626/2016.

13. Por oportuno, ressalto que o entendimento final favorável à militar, fundamentado em diversas análises dos setores responsáveis do CBMDF (e-DOC D4152685-c -Peça 12), ampara-se nos seguintes argumentos:

(i) a exclusão da militar pelo Edital nº 22, de 5.9.2007, está eivada de nulidade, porquanto procedida sem a observância do devido processo legal, pois não foram oportunizados ampla defesa e contraditório, devendo-se proceder a sua anulação;

(ii) a convocação da militar ocorreu pelo Edital nº 18, publicado no DODF nº 150, de 6.8.2007, para comparecer a Academia de Bombeiro Militar – ABMIL, por força de decisão judicial relacionada ao requisito altura, atualmente transitada em julgado favoravelmente ao ingresso da candidata;

(iii) a matrícula da militar no CFO/BM foi publicada no Boletim Geral nº 164, de 28.8.2007;

(iv) o CBMDF procedeu à exclusão da candidata da "convocação para Matrícula", nos termos do Edital nº 22, de 5.9.2007, por ter



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

verificado o não atendimento ao requisito editalício de idade mínima;

(v) a militar obteve decisão judicial no Processo nº 2007.00.2.012969-2 para ser novamente matriculada no CFO/BM, o que se deu pela Portaria publicada no DODF nº 222, de 21.11.2007, com efeitos a contar de 14.11.2007;

(vi) nessa data, a militar já havia superado o impedimento que deu causa a sua exclusão, pois completou 18 anos em 27.9.2007;

(vii) em caso similar, Processo nº 1056/2004-B, determinado candidato foi incluído no CFO/2001 sem ter realizado a fase de exame psicológico. A avaliação ocorreu após o início do curso de formação, mas o vício foi considerado, pelo TCDF, passível de convalidação, nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.784/1999, que regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

(viii) a citada ilegalidade de não preenchimento do requisito etário para matrícula no CFO/BM, referente ao ingresso ocorrido em 6.8.2007, foi superada visto que a atual data de inclusão da militar passou a ser 14.11.2007, quando a candidata já contava com mais de 18 anos;

(ix) de acordo com a Ficha Funcional Pessoal, a carreira da militar iniciou-se em 14.11.2007. É desse marco que se conta o seu tempo de serviço, estando nessa data preenchidos todos os requisitos legais e editalícios para ingresso, pois já contava com mais de 18 anos;

(x) se considerados os custos de formação, aperfeiçoamento e especialização da militar, a exoneração resultaria em mais desvantagens do que vantagens para a coletividade e para a Administração Pública;

(xi) há um elevado déficit do Quadro de Oficiais do CBMDF. Existem apenas 354 dos 587 oficiais fixados em lei, resultando em uma vacância de 60,3%. No caso do posto de Capitão do Quadro de Oficiais Combatentes, existe a previsão de 144 militares, mas apenas 13 vagas estão ocupadas, totalizando um déficit de 91%;

(xii) a permanência da militar nas fileiras da Corporação atende o interesse público, sem causar quaisquer prejuízos ao erário ou



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

vulnerar os princípios constitucionais que devem nortear a atuação da Administração Pública.

14. **A presente fase é de análise do mérito da inicial.**

15. De acordo com o Corpo Técnico (Peça 14), o ingresso da militar possui dois questionamentos acerca do cumprimento dos requisitos editalícios, quais sejam altura mínima de 1,65m e idade mínima de 18 anos. Com relação ao primeiro, a militar logrou êxito em sua demanda judicial¹, estando tal questionamento resolvido. Quanto ao segundo, o ingresso encontra-se no aguardo de resolução definitiva.

16. Após examinar os fatos narrados na representação e os esclarecimentos prestados pelo jurisdicionado, o Corpo Técnico pugnou pela improcedência da representação, tendo em vista a inexistência da irregularidade apontada, sugerindo determinação ao CBMDF no sentido de prestar ao TCDF os esclarecimentos necessários acerca do desfecho da matéria relativa à exclusão da interessada do CFO/BM-2007, em face do não preenchimento da idade mínima prevista no edital regulador do referido processo seletivo

17. Por sua vez, o *Parquet*, no Parecer nº 158/2018–GP1P (Peça 16), acolhe as sugestões da Unidade Técnica no tocante à improcedência da representação, tendo em vista a inexistência da irregularidade apontada, contudo propõe ao Tribunal a realização de inspeção com vistas a obter elementos necessários e suficientes para avaliar a alegada nulidade do ato administrativo que excluiu a candidata, em 5.9.2007, do Curso de Formação de Oficiais, verificando, ainda, o desfecho administrativo da matéria.

18. **Passo à apreciação do mérito.**

19. De início, **registro que meu entendimento diverge do Corpo Técnico e do *Parquet*, porquanto considero procedente a representação, para julgar legal, para fins de registro, o ato de admissão da representante.**

¹ DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. CONCURSO PARA BOMBEIRO DO DISTRITO FEDERAL. EXIGÊNCIA DE ALTURA MÍNIMA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.

1. O Conselho Especial declarou inconstitucional, por ofensa aos princípios da isonomia e da razoabilidade - inscritos nos artigos 5º, caput, e 37, caput, da Constituição Federal - a interpretação que aplique o § 2º do artigo 11 da Lei Federal nº 7.479/86, com a redação que lhe deu a Lei Federal nº 11.134/2005, também ao ingresso de médicos e capelães nos Quadros de Oficiais Bombeiros Militares. (Ail 2008001019422-3)

2. A exigência de altura mínima para ingresso nos Quadros do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal se mostra contrária ao princípio da razoabilidade, além de obstaculizar o livre acesso a cargo público, assegurado nos incisos I e II do artigo 37 da Constituição Federal.

3. Recurso provido. Segurança concedida.

(Acórdão n.424143, 20070110870975APC, Relator: FERNANDO HABIBE, Relator Designado:MARIO-ZAM BELMIRO, Revisor: MARIO-ZAM BELMIRO, 3ª Turma Cível, Data de Julgamento: 10/03/2010, Publicado no DJE: 31/05/2010. Pág.: 122)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

20. É notório o longo decurso de prazo transcorrido desde o ingresso da representante no CBMDF, em **14.11.2007**, até a presente data. Com efeito, passaram-se **10 anos e 4 meses** sem que o ingresso da militar na corporação fosse definitivamente resolvido.

21. Registro, de pronto, que a pendência relacionada à exigência de altura mínima encontra-se devidamente solucionada por força de decisão judicial proferida pelo e. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios no Processo nº 2007.01.1.087097-5, com trânsito em julgado em **18.1.2011**, vale dizer, **há mais de 7 anos**.

22. Resta, então, examinar a questão atinente à idade mínima de 18 anos prevista no Edital Normativo nº 07/2006, por exigência legal.

23. Para melhor compreensão dessa questão, considero de bom alvitre apresentar a ordem cronológica dos seguintes fatos:

- (i) **6.8.2007** - convocação da militar para comparecer à Academia;
- (ii) **28.8.2007** - matrícula da militar no CFO/BM;
- (iii) **5.9.2007** - exclusão da candidata da "convocação para Matrícula", por não atender ao requisito de idade mínima;
- (iv) **27.9.2007** - a Representante completa 18 anos;
- (v) **14.11.2007** - novamente matriculada no CFO/BM, por força de decisão judicial proferida pelo TJDF (2007.00.2.012969-2);
- (vi) **11.05.2017** - entendimento do CBMDF pela anulação da exclusão da militar, nos termos da Nota Técnica SEI-GDF nº 291/2017 - CBMDF/GABCG/ASJUR, pendente de manifestação da PGDF.

24. Acrescento que, atualmente, a Capitã QOBM/Comb. Juliana Gomes Leal conta com mais de 10 anos de serviço na corporação e possui Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais com a pretensão de, em pouco tempo, ser promovida ao posto de Major QOBM/Comb. do CBMDF.

25. Outrossim, do posicionamento do CBMDF destaco o seguinte:

- (i) a exoneração da Representante, se considerados os custos de formação, aperfeiçoamento e especialização, resultaria em mais desvantagens do que vantagens para a coletividade e para a Administração Pública;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

(ii) a permanência da militar nas fileiras da Corporação atende o interesse público, sem causar prejuízos ao erário ou vulnerar os princípios constitucionais que devem nortear a atuação da Administração Pública;

(iii) para o posto de Capitão do Quadro de Oficiais Combatentes, existe a previsão de 144 militares, mas apenas 13 vagas estão ocupadas, totalizando um déficit de 91%.

26. Feitas essas considerações, passo a avaliar o andamento dos processos administrativo e judicial que tratam da questão referente à idade mínima.

27. Na via administrativa, o posicionamento do CBMDF é tendente a anular o ato de exclusão da militar, mas o Comandante-Geral do CBMDF aguarda a manifestação final da PGDF acerca da permanência da militar na corporação. De acordo com informações do MPJTCD (Peça 16), os autos do Processo nº 053.033.626/2016 foram encaminhados à PGDF para emissão de parecer, tendo, de fato, tramitado naquela Procuradoria, mas, desde 23.1.2018, encontra-se sob análise de unidades do CBMDF.

28. Na esfera judicial, verifiquei que a última decisão, proferida em decorrência da impetração do Mandado de Segurança nº 2007.01.1.108609-7, foi do Superior Tribunal de Justiça – STJ, negando provimento a recurso especial, mas concedendo cautela à candidata para permanecer no *status quo* atual até o julgamento do mandado de segurança pelo juízo de primeiro grau, como entender de justiça, cujo trânsito em julgado ocorreu em 12.3.2018. Eis a ementa do acórdão:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Não há violação do artigo 535 do CPC/1973 quando o acórdão recorrido manifesta-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia, inclusive em relação às quais o recorrente alega omissão, tendo concluído não ser caso de deferimento do pleito liminar, bem como que as demais alegações trazidas pela recorrente (teoria do fato consumado, violação da isonomia e existência de fato novo) não podem ser examinadas/acolhidas no momento em que se encontra o processo.

2. No entanto, diante das peculiaridades e da situação excepcional do caso dos autos, é de se conceder a cautela, no sentido de manter a recorrente no exercício do cargo até o julgamento do mandado de segurança em questão, no primeiro grau.

3. Recurso especial não provido, com a concessão de cautela à candidata para permanecer no status quo atual até o julgamento do mandado de segurança pelo juízo de primeiro grau, como entender de justiça.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

(REsp 1320594/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 07/12/2017)

(Grifei).

29. Ademais, registro que o MS 2007.01.1.108609-7, no juízo de primeiro grau, encontra-se suspenso por depender do julgamento de outra ação, a saber o Agravo de Instrumento nº 20070020129692AGI, cujo andamento na segunda instância consta como trânsito em julgado em 12.3.2018, sem certidão de baixa².

30. Para a compreensão da mencionada decisão proferida pelo STJ, considero importante trazer a lume as decisões lançadas no MS impetrado pela Representante (2007.01.1.108609-7).

(i) de início, o Juiz da Sexta Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal indeferiu o pedido de liminar, para suspender a eficácia de decisão da autoridade coatora de excluí-la do curso de formação no Posto de Oficial Bombeiro Militar, por descumprir o requisito previsto no edital de idade mínima de 18 anos;

(ii) em sede de agravo, o Relator **deferiu a liminar** para permitir que a recorrente fosse mantida no certame, inclusive matriculada no curso de formação referido na petição inicial;

(iii) a eg. 5ª Turma Cível-TJDFT, ao examinar o mérito do agravo em 27.2.2008, acolheu preliminar de decadência, determinando a extinção do processo principal³;

(iv) a agravante opôs sucessivos embargos declaratórios, estes rejeitados, assim como recurso especial;

(v) após determinação do STJ⁴, novo julgamento foi proferido pelo TJDFT em sede de embargos declaratórios, a fim de suprir

² Andamento eletrônico obtido no sítio eletrônico do TJDFT em 26.03.2018.

³ AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - IDADE MÍNIMA - PRELIMINAR DE LITISPENDÊNCIA ACOLHIDA - EXTINÇÃO DO PROCESSO. 01. Uma vez reconhecida a decadência em mandado de segurança com identidade de partes, objeto e causa de pedir, nada mais há que se discutir, impondo-se a extinção do processo sem exame de mérito, consoante determina o art. 267, V do CPC, não pela litispendência, mas pela ocorrência da coisa julgada. 02. Preliminar acolhida para extinguir o processo. Unânime. (Acórdão n.297034, 20070020129692AGI, Relator: ROMEU GONZAGA NEIVA 5ª Turma Cível, Data de Julgamento: 27/02/2008, Publicado no DJE: 17/03/2008. Pág.: 123).

⁴ AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. MILITAR. CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL. CURSO DE FORMAÇÃO. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535, II, DO CPC. CARACTERIZAÇÃO PARCIAL. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO. DECISÃO RECONSIDERADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. **O Tribunal a quo, ao negar a manifestação acerca de teses jurídicas relativamente à caracterização da coisa julgada e da necessidade de observância do princípio da isonomia, com a rejeição dos embargos de declaração, obsta a abertura da via do recurso especial, por impedir o atendimento ao requisito necessário do prequestionamento, cumprindo à parte tão somente veicular a violação do artigo 535, II, CPC.** 2. Mantendo-se o vício previsto no artigo 535 do CPC,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

as omissões quanto ao trânsito em julgado da sentença proferida no primeiro mandado de segurança, bem como em relação à isonomia entre a agravante e outro candidato;

(vi) no novo julgamento proferido, o TJDF, além de sanar os vícios apontados pelo STJ, considerou ausentes os requisitos necessários à concessão da liminar postulada no mandado de segurança, uma vez que a exigência de idade mínima estava prevista no Edital, bem como no Estatuto dos Bombeiros Militares do DF ⁵;

(vii) opostos novos embargos declaratórios, também estes foram rejeitados;

(viii) a parte agravante interpôs novo recurso especial, argumentando não ter o TJDF manifestado satisfatoriamente sobre a violação à isonomia, o fato novo e o fato consumado;

(ix) por fim, o STJ, em 10.10.2017, negou provimento ao recurso especial, mas concedeu cautela à candidata para permanecer no *status quo* atual até o julgamento do mandado de segurança pelo juízo de primeiro grau, como entender de justiça.

31. A partir do trâmite retrotranscrito, destaco, quanto ao pedido de liminar requerido pela então candidata, que:

- (i) em 5.9.2007, a candidata foi excluída da "convocação para Matrícula", por não atender ao requisito de idade mínima;
- (ii) em 27.9.2007 - a impetrante completou 18 anos;
- (iii) em 28.9.2007, o Juízo de Primeiro Grau indeferiu o pedido de liminar;

necessário o retorno ao Tribunal a quo para que se manifeste acerca das omissões existentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(Grifei).

⁵ EMBARGOS DECLARATÓRIOS NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGI – JULGAMENTO PERANTE O STJ RECONHECENDO A EXISTÊNCIA DE AUSÊNCIA DE ANÁLISE DOS TEMAS INVOCADOS – COMPLEMENTAÇÃO DO JULGAMENTO – PRELIMINAR AFASTADA – EXAME DO MÉRITO RECURSAL – MANUTENÇÃO DA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. 01. Constatada a inexistência do trânsito em julgado da sentença proferida no primeiro mandado de segurança, tenho que o recebimento daquela apelação em ambos os efeitos afasta a alegação de coisa julgada. 02. **Ausentes os requisitos necessários à concessão da liminar postulada no mandado de segurança, uma vez que a exigência de idade mínima estava prevista no Edital, bem como no Estatuto dos Bombeiros Militares do DF.** 03. Embargos declaratórios providos para afastar a preliminar. No mérito, agravo de instrumento desprovido. Unânime. (Acórdão n.478122, 20070020129692AGI, Relator: ROMEU GONZAGA NEIVA 5ª Turma Cível, **Data de Julgamento: 19/01/2011**, Publicado no DJE: 08/02/2011. Pág.: 199)

(Grifei).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

- (iv) em **6.11.2007**, o Relator, em sede de agravo no TJDFT, **deferiu a liminar**;
 - (v) em **14.11.2007**, a candidata foi matriculada no CFO/BM;
 - (vi) em 27.2.2008, o TJDFT acolheu preliminar de decadência, determinando a extinção do processo principal;
 - (vii) em 19.1.2011, a fim de sanar os vícios apontados pelo STJ, o TJDFT, em novo acórdão, considerou ausentes os requisitos necessários à concessão da liminar;
 - (viii) em **10.10.2017**, o STJ **concedeu cautelar** à candidata para permanecer no *status quo* atual até o julgamento do mandado de segurança pelo juízo de primeiro grau;
32. Diante dos pronunciamentos judiciais referentes à concessão da cautela requerida pela impetrante do MS, observo que a então candidata esteve amparada por decisão liminar concedida em 6.11.2007.
33. Nada obstante, o TJDFT acolheu preliminar de decadência, em **27.2.2008**, determinando a extinção do processo principal, extinguindo, em consequência, a medida liminar que fora concedida.
34. Posteriormente, em **19.1.2011**, o TJDFT proferiu nova decisão no sentido de que os requisitos necessários à concessão da liminar postulada no mandado de segurança não se fazem presentes, uma vez que a exigência de idade mínima estava prevista no Edital, bem como no Estatuto dos Bombeiros Militares do DF.
35. Diante desse contexto jurídico, o STJ concedeu, em **10.10.2017**, cautelar à candidata para permanecer no *status quo* atual até o julgamento do mandado de segurança pelo juízo de primeiro grau, o que reforça o entendimento de que a militar, naquele momento, permanecia na Corporação sem o amparo de decisão judicial.
36. Por conseguinte, concluo que **entre 27.2.2008 e 9.10.2017** a militar integrou os quadros do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF sem que tivesse amparo de decisão judicial, vale dizer **por mais de 9 anos**.
37. Outro aspecto importante a ser examinado diz respeito ao conteúdo e alcance da aludida decisão liminar. Para tanto, trago à colação o teor



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

da decisão monocrática proferida pelo Relator no TJDFT do Agravo de Instrumento nº 20070020129692AGI, *in verbis*:

*"Vistos, etc... Defiro os benefícios da assistência judiciária... hei por bem deferir a liminar para **permitir que a Recorrente seja mantida no certame, inclusive matriculada no curso de formação** referido na petição inicial... Publique-se. Intime-se. Brasília, **06/11/2007**. Ass. Des. **ROMEU GONZAGA NEIVA**".*
(Grifei).

38. Ao examinar o conteúdo da decisão liminar transcrita, observo que a cautelar restringiu-se a permitir a continuidade da candidata no certame, incluindo tão somente sua matrícula no CFO/BM.

39. **Feitas essas considerações, passo ao exame da questão.**

40. Diante das peculiaridades e da situação excepcional do caso dos autos, em que a restauração da estrita legalidade ocasionaria mais danos sociais do que a manutenção da situação consolidada, entendo ser aplicável a teoria do fato consumado.

41. Sobre a teoria do fato consumado, é sabido que tal construção veio para concretizar o princípio da segurança jurídica, estabilizar no plano jurídico situações já devidamente consolidadas no mundo dos fatos, de modo que uma situação de fato já sedimentada pelo decurso do tempo deve permanecer da forma como está, privilegiando-se a solidez das relações sociais.

42. *Ab initio*, pontuo que o presente caso não se amolda ao Tema 476 da repercussão geral⁶ (RE 608482), relativo à impossibilidade de manutenção de candidato investido em cargo público por força de decisão judicial de caráter provisório pela aplicação da teoria do fato consumado, **haja vista que, ao meu sentir, o cerne da questão em exame reside no fato de a militar integrar, por mais de 9 anos, os quadros da Corporação sem que tivesse amparo de decisão judicial.**

43. Ressalto que a liminar permitiu tão somente à candidata manter-se no certame, incluindo matrícula no Curso de Formação dos Oficiais do

⁶ EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO REPROVADO QUE ASSUMIU O CARGO POR FORÇA DE LIMINAR. SUPERVENIENTE REVOGAÇÃO DA MEDIDA. RETORNO AO STATUS QUO ANTE. "TEORIA DO FATO CONSUMADO", DA PROTEÇÃO DA CONFIANÇA LEGÍTIMA E DA SEGURANÇA JURÍDICA. INAPLICABILIDADE. RECURSO PROVIDO. 1. Não é compatível com o regime constitucional de acesso aos cargos públicos a manutenção no cargo, sob fundamento de fato consumado, de candidato não aprovado que nele tomou posse em decorrência de execução provisória de medida liminar ou outro provimento judicial de natureza precária, supervenientemente revogado ou modificado. 2. Igualmente incabível, em casos tais, invocar o princípio da segurança jurídica ou o da proteção da confiança legítima. É que, por imposição do sistema normativo, a execução provisória das decisões judiciais, fundadas que são em títulos de natureza precária e revogável, se dá, invariavelmente, sob a inteira responsabilidade de quem a requer, sendo certo que a sua revogação acarreta efeito ex tunc, circunstâncias que evidenciam sua inaptidão para conferir segurança ou estabilidade à situação jurídica a que se refere. 3. Recurso extraordinário provido.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

CBMDF, não havendo qualquer ordem expressa de efetivação da candidata, quando da conclusão e aprovação no referido curso, **o que ocorreu por ato voluntário da Administração.**

44. Não se pode olvidar o fato de a liminar ter sido concedida há mais de 10 anos, em 6.11.2007, sendo que entre 27.2.2008 e 9.10.2017 a militar integrou os quadros do CBMDF sem amparo de decisão judicial. Somente em 10.10.2017 o STJ concedeu nova cautelar à candidata para permanecer no *status quo* atual até o julgamento do mandado de segurança pelo juízo de primeiro grau.

45. Vale dizer, a situação precária da militar perdura há mais de 10 anos, o que por si já demonstraria a necessidade de aplicação do princípio da confiança do administrado na administração pública, visto que o CBMDF vem atuando no sentido de mantê-la na Corporação, haja vista que tem investido em sua formação, aperfeiçoamento e especialização, além de promovê-la sucessivamente até a graduação de capitã.

46. Desse modo, não se pode admitir que a tramitação de um feito por mais de uma década sem uma resolução definitiva, acabe por destruir uma carreira de mais de dez anos no Corpo de Bombeiros.

47. Assim, a aplicação excepcional da teoria do fato consumado não pode ser descartada em caráter peremptório, pois o Direito não é indiferente à realidade das relações e situações jurídicas que podem se apresentar revestidas de grande extraordinariedade.

48. Nesse sentido, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios com base na teoria do fato consumado manteve na corporação candidato com idade superior ao limite máximo estabelecido em lei, *in verbis*:

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. POLICIAL MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. IDADE LIMITE. 30 (TRINTA) ANOS. TERMO INICIAL. MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO. LEIS Nº 7.289/84 E 12.086/09. LIMINAR CONCEDIDA. CONCLUSÃO DAS ETAPAS DO CERTAME. TEORIA DO FATO CONSUMADO.

I - A exigência de idade máxima de 30 (trinta) anos para matrícula no curso de formação de policial militar do Distrito Federal, possui amparo constitucional (art.142, §3º, inciso X, CF/88 e legal (Leis nº 7.289/84 e 12.086/09).

II - Com base na teoria do fato consumado, que preconiza o respeito às situações de fato consolidadas em virtude de decisão judicial deve-se prestigiar a situação do impetrante, que concluiu todas as etapas do certame com êxito, inclusive, sendo efetivado no quadro da polícia militar local, encontrando-se em exercício por mais de um ano, por força de liminar obtida em mandado de segurança.

III - Deu-se provimento ao recurso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

(Acórdão nº 690860, 20120110092704APC, Relator: JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, Revisor: VERA ANDRIGHI, 6ª Turma Cível, Data de Julgamento: 03/07/2013, Publicado no DJE: 09/07/2013. Pág.: 194)

(Grifei).

49. Em sede de Recurso Especial, o Superior Tribunal de Justiça – STJ manteve a mencionada decisão do TJDF:

“(…)

8. Quanto ao mais, de certo que o autor ingressou no serviço público ao abrigo de uma tutela judicial, que se manteve por esse tempo todo, ou porque a Administração não recorreu contra essa tutela ou recorreu e não conseguiu revogá-la. De qualquer maneira, o que é verdadeiro, é que o indivíduo, a pessoa, permaneceu no serviço público, exercendo satisfatoriamente suas atividades, fazendo jus inclusive a referência elogiosa, conforme expressa sua ficha de assentamento funcional às fls. 252/255.

9. Defendo, nessas situações excepcionalíssimas, a incidência da Teoria do Fato Consumado, à luz do princípio da segurança jurídica e desde que preenchidos os requisitos para o cargo.

10. A meu ver, houve, assim, uma solidificação de situações fáticas ocasionada em razão do excessivo decurso de tempo entre a realização do certame e os dias atuais, de maneira que a reversão desse quadro implicaria inexoravelmente em danos desnecessários e irreparáveis ao recorrente.

11. Não desconheço o entendimento desta Corte sobre o tema de que candidatos que acabam por participar das demais etapas do certame por força de decisões judiciais passíveis de reforma, não têm direito adquirido à nomeação definitiva, uma vez que não se pode perpetuar uma situação precária. Como cediço, o candidato continua na disputa por uma vaga, consciente de que sua situação ainda encontra-se pendente de julgamento, ou seja, com o iminente risco de reversão.

12. O mesmo posicionamento foi sedimentado pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de Repercussão Geral, no julgamento do RE 608.482 onde consignou-se a impossibilidade de manutenção de candidato investido em cargo público por força de decisão judicial de caráter provisório pela aplicação da Teoria do Fato Consumado.

13. Contudo, o caso dos autos distingue-se da questão analisada no Supremo Tribunal Federal, onde a vantagem obtida – ou seja, a nomeação e posse em cargo público – se deu, não por iniciativa da Administração, mas por provocação do próprio servidor e contra a vontade da Administração, que, embora manifestando permanente resistência no plano processual, outra alternativa não tinha senão a de cumprir a ordem judicial que deferiu o pedido, conforme asseverou o relator Exmo. Min. TEORI ZAVASCKI em seu voto.

14. Em situação assim, de fato, o beneficiário da medida liminar tem conhecimento da natureza precária dessa espécie de provimento, cuja revogação acarreta automático efeito ex tunc, impossibilitando conferir segurança ou estabilidade à situação jurídica a que se refere.

15. Ocorre que na hipótese dos autos, a liminar determinou, tão somente, a participação do candidato no Curso de Formação dos Oficiais da Polícia Militar, não havendo qualquer ordem expressa de efetivação



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

do candidato, quando da conclusão e aprovação no referido curso, que ocorreu por ato voluntário da Administração.

16. Em hipóteses como essa, que ora examina-se, não é possível desconsiderar a boa-fé do servidor, associada a proteção da confiança legítima do autor no ato administrativo.

17. Esta Corte reconhece a aplicação a boa-fé do administrado quando ato de iniciativa da própria Administração, decorrente interpretação equivocada da lei ou dos fatos, garante ao servidor determinada condição jurídica ou vantagem pecuniária, uma vez que cria-se uma falsa expectativa de que o ato administrativo é legal e definitivo.

18. Sendo assim, tratando-se de situação excepcional, em que a restauração da estrita legalidade ocasionaria mais danos sociais do que a manutenção da situação consolidada, aplica-se a teoria do fato consumado. No mesmo sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

(...)"

(RECURSO ESPECIAL Nº 1.451.431 - DF - 2014/0098731-7; RELATOR: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO)

(Grifei)

50. O caso chegou ao Supremo Tribunal Federal que, ao decidir o Recurso Extraordinário nº 952509, manifestou o seguinte posicionamento:

(...)

*Embora haja, no acórdão recorrido, alusão à teoria do fato consumado, não se confunde esta demanda com a situação versada no recurso extraordinário nº 608.482/RS, relatado pelo ministro Teori Zavascki no âmbito da repercussão geral. **No precedente, concluiu o Tribunal pela incompatibilidade entre o previsto no regramento constitucional do acesso aos cargos públicos e a adoção do fato consumado originado em decisão judicial de natureza precária, quando o candidato, apesar de reprovado, terminou por tomar posse em decorrência de decisão posteriormente revogada. Neste caso, o candidato foi aprovado na seleção e exerce o cargo.***

(...)

(RE 952509, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, julgado em 10/10/2017, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-236 DIVULG 16/10/2017 PUBLIC 17/10/2017)

(Grifei)

51. Assim, friso que o precedente colacionado foi sucessivamente julgado pelo TJDFT, STJ e STF para ao final prevalecer o entendimento de que, em situações excepcionais, admite-se a teoria do fato consumado.

52. No mesmo diapasão, é o caso julgado pelo STF, *in verbis*:

Decisão:

Trata-se de recurso extraordinário remetido ao Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul/MS para que cumprisse o disposto no art. 543-B do CPC/1973, uma vez que a controvérsia suscitada no extraordinário estaria representada nos temas 339, 476 e 660 da sistemática da repercussão geral, cujos paradigmas são, respectivamente, o AI-QO-RG 791.292, DJe 10.8.2010,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

de minha relatoria; o RE-RG 608.482, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe 2.5.2012; e o ARE-RG 748.371, DJe 1º.8.2013, de minha relatoria. (eDOC 44)

Ao receber os autos, o Tribunal a quo deixou de exercer juízo de retratação e realizou distinguishing, entendendo não se aplicar a tese firmada no julgamento do RE-RG 608.482 (Tema 476, da sistemática da repercussão geral) ao caso em comento, em acórdão assim ementado:

“EMENTA – MANDADO DE SEGURANÇA. REANÁLISE EM FACE DO JULGAMENTO DO RE 608.482/RN SOB O RITO DA REPERCUSSÃO GERAL – ART. 543, § 3º, DO CPC DE 1973 – APLICAÇÃO DA TÉCNICA DA DISTINÇÃO. JUÍZO DE RETRATAÇÃO NÃO EXERCIDO – MANTIDA A ORDEM CONCECIDA.

Inexistindo semelhança entre o caso sub judice e aquele objeto do recurso representativo da controvérsia – RE n. 608.482/RN, não ha falar em retratação do julgado, mas em aplicação da técnica de ‘distinção’ ou distinguishing.

A questão tratada no presente mandamus é totalmente distinta daquela analisada no paradigma do STF, porquanto se refere à promoção de servidor em face de classificação em concurso interno, e não de provimento originário de cargo público em decorrência de concurso público, não havendo para retratação do julgado que entendeu pela aplicação excepcional da teoria do fato consumado, em consonância com a orientação do STJ, conforme reconhecido pela própria Corte Superior no julgamento do RE n. 1.535.240/MS interposto contra o acórdão objeto do presente reexame, e no AgRg Resp 1535240/MS, e do próprio STF, que no mencionado paradigma admite a aplicação da teoria do fato consumado em casos restritos, marcados pela excepcionalidade”. (eDOC 48)

Diante da ausência de retratação e por entender presentes os requisitos de admissibilidade do recurso extraordinário, a Vice-Presidência do TRF da 2ª Região remeteu novamente os autos a esta Corte. (eDOC 48, p. 53)

Após detida análise, verifico que a matéria, da forma como trazida no recurso extraordinário, é, de fato, diversa do tema abordado pelo RE-RG 608.482, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe 2.5.2012, motivo pelo qual torno sem efeito o despacho constante do eDOC 44, no ponto, e passo ao julgamento do recurso.

Cuida-se de recurso que impugna acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul ementado nos seguintes termos:

“MANDADO DE SEGURANÇA. SELEÇÃO INTERNA PARA CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTO DA POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO DO SUL. MATRÍCULA REALIZADA MEDIANTE LIMINAR. DECURSO DE PRAZO. TEORIA DO FATO CONSUMADO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA.

Incide a teoria do fato consumado, em se tratando de concurso público, quando o objetivo é a convalidação de uma situação de fato considerada ilegal, mas que perdurou ao longo do tempo, em razão da relevância e da preponderância dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da segurança jurídica, da boa-fé e da razoabilidade sobre o princípio da legalidade estrita”. (eDOC 11)

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados. (eDOC 15)

Nas razões do recurso extraordinário, interposto com fundamento no art. 102, III, “a”, da Constituição, aponta-se violação aos arts. 1º; e 5, XXXV, LIV, e LV; e 93, IX, da Constituição.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Narra-se que os recorridos ingressaram com mandado de segurança, com pedido liminar, objetivando permanecer no posto de 2º Sargento da Corporação da Polícia Militar, em razão de ato administrativo de anulação da promoção dos recorridos, denominado “despromoção”, o qual teve por fundamento revogação de outra liminar pelo reconhecimento da decadência, a qual teria determinado a matrícula dos recorridos no Curso de Formação de Sargentos, após aprovação em concurso interno não homologado pela Administração.

Sustenta-se que o Supremo Tribunal Federal possui jurisprudência consolidada, no sentido da não aplicação da Teoria do Fato Consumado, nos termos do julgamento proferido no ARE 608.482, tema 476 da sistemática da repercussão geral. Nessa esteira, alega-se que ao aplicar a Teoria do Fato Consumado, o Tribunal a quo teria ocorrido em omissão, ao não considerar que a participação no Curso de Formação de Sargentos teria ocorrido por força de liminar precária revogada.

Aduz-se, ademais, violação ao princípio da razoabilidade, tendo em vista haver “total relação de prejudicialidade entre as duas demandas propostas pelos recorridos anteriormente, já que não teriam pleiteado a promoção ao Posto de 3º Sargento e o Judiciário não teria reconhecido tal direito sem que eles tivessem frequentado o curso de sargentos por força da medida liminar, posteriormente revogada com o reconhecimento da decadência” (eDOC 21, p. 12). Afirma, dentro desse contexto, que a Administração optou por não aplicar a Teoria do Fato Consumado por entender ser irrazoável sua incidência ao caso concreto.

Pugna-se, ao final, pela reforma do acórdão, para que seja denegada a segurança.

Decido.

Sem razão o recorrente.

Verifico que, embora o Tribunal a quo tenha afirmado, no acórdão recorrido, ter aplicado a Teoria do Fato Consumado, esse entendimento não se subsume de forma perfeita àquele firmado por esta Corte no julgamento do RE-RG 608.482, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe 2.5.2012 (Tema 476, da sistemática da repercussão geral).

Essa afirmação fundamenta-se não apenas no fato de que o recurso paradigma tratava de candidato não aprovado em concurso público para ingresso inicial em carreira do serviço público, que tomou posse em decorrência de medida liminar supervenientemente revogada, enquanto o caso concreto trata de servidores públicos aprovados em concurso interno para promoção na carreira, os quais tiveram sua matrícula no Curso de Formação de Sargento deferida por força de medida liminar posteriormente revogada.

Fundamenta-se também – e principalmente – no fato de que, não obstante a revogação da referida medida, a Administração deixou de tomar providências imediatas para afastar os servidores do cargo de Sargento, tendo, ainda, promovido os recorrentes, novamente, ao cargo de 2º Sargento, ainda que insubsistentes a medida liminar que respaldou a primeira promoção.

O acórdão recorrido, ao tratar da questão ora em comento, colacionou diversos julgados que tratam de controvérsia idêntica à dos autos, aplicando ao caso a sua inteligência, dentre os quais destaco o do RMS 20572/DF, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 15.12.2009, assim ementado:

“RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. CURSO DE FORMAÇÃO. MATRÍCULA POR FORÇA DE LIMINAR. MÉRITO JULGADO IMPROCEDENTE. MANUTENÇÃO NA ACADEMIA, INGRESSO E



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

PROMOÇÃO NA CARREIRA POR ATOS DA ADMINISTRAÇÃO POSTERIORES À CASSAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL. TRANSCURSO DE MAIS DE CINCO ANOS. ANULAÇÃO. SEGURANÇA JURÍDICA E BOA-FÉ OBJETIVA VULNERADOS. VEDAÇÃO AO COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. CONSTATAÇÃO DE QUE O CANDIDATO PREENCHIA O REQUISITO CUJA SUPOSTA AUSÊNCIA IMPEDIRA SUA ADMISSÃO NO CURSO DE FORMAÇÃO. ATENDIMENTO AOS PRESSUPOSTOS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS PARA INGRESSO E EXERCÍCIO DO CARGO DE OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR.

1. Os princípios da segurança jurídica e da boa-fé objetiva, bem como a vedação ao comportamento contraditório (venire contra factum proprium), impedem que a Administração, após praticar atos em determinado sentido, que criaram uma aparência de estabilidade das relações jurídicas, venha adotar atos na direção contrária, com a vulneração de direito que, em razão da anterior conduta administrativa e do longo período de tempo transcorrido, já se acreditava incorporado ao patrimônio dos administrados.

2. À luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, verifica-se que o Recorrente, em sentido material, preenchia os requisitos editalícios para admissão no Curso de Formação, inclusive aquele cuja ausência formal constituía obstáculo inicial à sua matrícula e que ensejou o ajuizamento da ação judicial em cujo bojo obteve a liminar.

3. Hipótese em que, embora a liminar que autorizara a matrícula do Recorrente no Curso de Formação tivesse sido cassada, expressamente, em 18 de fevereiro de 1997 e não houvesse nenhum outro título judicial que determinasse sua permanência na carreira militar, não tomou a Administração nenhuma atitude no sentido de afastá-lo. Pelo contrário, além de permanecer matriculado até a conclusão do Curso de Formação, findada em 05 de dezembro de 1997, ingressou na carreira e, ainda, foi promovido, em 05 de outubro de 1998, à patente de 2º Tenente, vindo a ser anulados esses atos tão-somente em 21 de maio de 2002.

4. A ausência de atos administrativos tendentes a excluir o Recorrente das fileiras militares após a cassação da liminar, corroborada pela existência de atos em sentido contrário (manutenção no Curso, promoção), além da instauração de processo administrativo, pela Academia de Polícia Militar, de ofício, para tornar definitiva a matrícula que fora efetivada, inicialmente, em razão de liminar, fez criar uma certeza de que a questão do seu ingresso na carreira militar estava resolvida.

5. Os atos de admissão e promoção do Recorrente praticados pela Administração, bem como o longo tempo em que eles vigoraram, indicavam, dentro da perspectiva da boa-fé, que o seu ingresso na carreira militar já havia se incorporado, definitivamente, ao seu patrimônio jurídico, pelo que sua anulação, com base em fato anterior à prática dos atos anulados (cassação da liminar), feriram os princípios da segurança jurídica e da boa-fé objetiva, tendo sido infringida a cláusula venire contra factum proprium ou da vedação ao comportamento contraditório.

6. Hipótese concreta que não cuida da aplicação da teoria do fato consumado para convalidar ato ilegal, o que é rechaçado por esta Corte, mas de fazê-la incidir, juntamente com os princípios da segurança jurídica e boa-fé, para tornar sem efeito atos praticados com ofensa aos princípios constitucionais da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade.

7. Recurso ordinário provido para conceder a segurança e anular o ato que cassou a promoção do Recorrente à patente de 1º Tenente, bem como o ato que determinou sua exclusão dos quadros da Polícia Militar, determinando seu



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

imediatamente retorno à função ocupada, com todos os consectários jurídico-financeiros dele decorrentes”.

Atentos a essa peculiaridade, os desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, ao exercerem juízo de retratação, procederam ao distinguishing do caso em concreto com o paradigma da repercussão geral indicado, afirmando, nos termos do julgado acima descrito, o que segue:

“Os impetrantes, embora tenham ingressado no Curso de Formação de 3º Sargento por meio de liminar deferida em mandado de segurança, foram aprovados em todas as fases do concurso interno e, por esta razão, tiveram reconhecido o seu direito à promoção à graduação de Terceiro Sargento em decisão judicial transitada em julgado proferida nos autos do mandado de segurança n. 0038402-70.2005.8.12.0001.

Não fosse isso, após o cumprimento da decisão que determinou a promoção dos impetrantes à graduação de 3º Sargento, e posterior trânsito em julgado da decisão que extinguiu o mandado de segurança no qual foi deferida a liminar que assegurava aos autores a participação no Curso de Formação de Sargento, por iniciativa da própria Administração, os impetrantes foram promovidos à graduação de 2º Sargento.

Tal circunstância provocou nos impetrantes a convicção de que se tratava de uma promoção legítima, de modo que a superveniente constatação da ilegitimidade dessa vantagem pela administração, com a abertura de processo administrativo para ‘despromoção’ dos impetrantes, caracteriza comprometimento da boa-fé ou da confiança legítima provocada pelo primitivo ato da administração, autorizando a manutenção das promoções dos impetrantes, pela teoria do fato consumado, dada a excepcionalidade do caso.” (eDOC 48, pp. 17/18)

Assim, diante do relato fático da situação posta nos autos, entendo que os diversos atos administrativos emanados da Corporação da Polícia Militar, sobretudo aqueles referentes à promoção para 2º Sargento dos recorridos, quando já revogada a liminar que deferiu a matrícula dos interessados no Curso de Formação de Sargentos, são dotados de presunção de legitimidade e criaram expectativas legítimas nos administrados, no tocante à legalidade de suas promoções, para as quais foram regularmente aprovados em concurso interno.

Essa situação, aliada à demora da Administração para instaurar processo administrativo com vistas à anulação das promoções, revela que, passados mais de dez anos das nomeações dos servidores aos referidos cargos, evidencia-se que eventual anulação daqueles atos violaria o princípio da segurança jurídica e da proteção à confiança legítima, pois haveria alteração drástica da situação jurídica dos servidores públicos envolvidos, com reflexos não só em sua subsistência, mas também no regular funcionamento da prestação jurisdicional do Estado.

Sabe-se que os atos administrativos são dotados de presunção iuris tantum de veracidade e legalidade, o que traz, como consequência, a manutenção de seus efeitos até a sua desconstituição.

Sobre o tema, confira-se a lição de José dos Santos Carvalho Filho (Manual de Direito Administrativo, 30 ed. rev. atual. e ampl. - São Paulo: Atlas, 2016, p. 127):

“Os atos administrativos, quando editados, trazem em si a presunção de legitimidade, ou seja, a presunção de que nasceram em conformidade com as devidas normas legais, bem como anota DIEZ. Essa característica não depende de lei expressa, mas deflui da própria natureza do ato administrativo, como ato emanado de agente integrante da estrutura do Estado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Vários são os fundamentos dados a essa característica. O fundamento precípuo, no entanto, reside na circunstância de que se cuida de atos emanados de agentes detentores de parcela do Poder Público, imbuídos, como é natural, do objetivo de alcançar o interesse público que lhes compete proteger. Desse modo, inconcebível seria admitir que não tivessem a aura de legitimidade, permitindo-se que a todo momento sofressem algum entrave oposto por pessoais de interesses contrários. Por esse motivo é que se há de supor que presumivelmente estão em conformidade com a lei.

(...)

Efeito da presunção de legitimidade é a autoexecutoriedade, que, como veremos adiante, admite seja o ato imediatamente executado. Outro efeito é o da inversão do ônus da prova, cabendo a quem alegar não ser o ato legítimo a comprovação da ilegalidade. Enquanto isso não ocorrer, contudo, o ato vai produzindo normalmente os seus efeitos e sendo considerado válido, seja no revestimento formal, seja no seu próprio conteúdo”.

Desse modo, considerando a presunção de veracidade e legitimidade que caracterizam os atos administrativos, não se pode exigir dos servidores aprovados em concurso interno para promoção na carreira, que tiveram sua matrícula assegurada por medida liminar posteriormente cassada pelo reconhecimento da decadência para a impetração de mandado de segurança, que presumissem a ilegalidade dos atos expedidos pela Corporação da Polícia Militar, que concedeu nova promoção aos servidores, legitimando, a seu ver, sua situação jurídica.

Assim, consoante assentado pela decisão que procedeu ao distinguishing, os fatos descritos no recurso extraordinário configuram situação excepcional, que justifica a incidência do princípio da proteção à confiança legítima dos administrados e da segurança jurídica, considerada não só a presunção de legitimidade dos atos da Administração Pública e a boa-fé dos administrados, mas também a demora da tramitação dos feitos administrativos relacionados ao caso, que resultaram na promoção subsequente dos recorridos, os quais ocupam os referidos cargos há mais de uma década.

Sublinho, por fim, que embora não se aplique ao caso o RE-RG 608.482, Rel. Min. Teori Zavascki, Pleno, Dje 30.10.2014 (tema 476), que diz respeito à manutenção de candidato não aprovado em concurso público no cargo no qual tomou posse em decorrência de execução provisória de medida liminar ou outro provimento judicial de natureza precária, tendo em vista que os recorridos, servidores públicos concursados, foram aprovados em concurso interno para o promoção na carreira, que o próprio paradigma da repercussão geral prevê excepcionalidade a sua tese, aos casos em que aplicável o fundamento da boa-fé e da proteção à confiança legítima do administrado. Cito, a propósito, trecho do voto condutor do acórdão sobre a matéria:

“É realmente difícil, em face das disposições constitucionais que regem o acesso a cargos públicos, justificar a manutenção da situação pretendida pela recorrida. Não se trata, sequer, de considerar o argumento da boa-fé ou o princípio, a ela associado, da proteção da confiança legítima do administrado. Esse argumento é cabível quando, por ato da própria Administração, decorrente de equivocada interpretação da lei ou dos fatos, o servidor se vê alçado a determinada condição jurídica ou vê incorporada ao seu patrimônio funcional determinada vantagem, fazendo com que, por essas peculiares circunstâncias, provoque em seu íntimo uma natural e justificável convicção de que se trata de um status ou de uma vantagem legítima. Por isso mesmo, eventual superveniente constatação da ilegitimidade desse status ou dessa vantagem caracteriza, certamente, comprometimento da boa-fé ou da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

confiança legítima provocada pelo primitivo ato da administração, o que pode autorizar, ainda que em nome do 'fato consumado', a manutenção do status quo, ou, pelo menos, a dispensa de restituição de valores. Isso ocorre, todavia, em casos restritos, marcados pela excepcionalidade."

Nesse mesmo sentido, cito também os seguintes julgados:

"Agravamento regimental no mandado de segurança. 2. Direito Administrativo. 3. Concurso público. Prazo de validade. Suspensão do curso do prazo de validade dos certames por ato administrativo do TJ/MT. Retomada do curso do prazo após mais de dois anos, com a consequente nomeação dos aprovados no certame. 4. Decisão do CNJ que declarou a nulidade do ato e determinou a exoneração dos servidores nomeados em período posterior àquele previsto no art. 37, III, da CF. 5. Situação excepcional. Exercício das funções públicas por mais de dez anos. 6. Presunção de legitimidade dos atos da Administração Pública. Demora na tramitação dos feitos administrativos e judiciais relacionados aos fatos. Princípio da razoável duração do processo, da segurança jurídica e da proteção da confiança legítima. 7. Agravamento regimental a que se nega provimento." (MS 30.662-AgR, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 6.9.2017)

"Agravamento regimental no agravamento regimental no recurso extraordinário. Administrativo. Provimento derivado. Manutenção de ato administrativo concretizado em 1990. ADI nº 837-MC. Efeitos ex nunc. RE nº 442.683/RS. Princípios da boa-fé e da segurança Jurídica. Precedentes. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de ser inconstitucional toda forma de provimento derivado após a Constituição Federal de 1988, sendo necessária a prévia aprovação em concurso de provas ou de provas e títulos para o ingresso em cargos públicos. 2. Contudo, no julgamento da medida cautelar na ADI nº 837, Relator o Ministro Moreira Alves, DJ de 17/2/93, suspendeu-se, com efeitos ex nunc, a eficácia dos arts. 8º, III, e das expressões 'acesso e ascensão', do art. 13, parágrafo 4º, 'ou ascensão' e 'ou ascender', do art. 17, e do inciso IV do art. 33, todos da Lei nº 8.112, de 1990. 3. Posteriormente, com fundamento na referida ADI, cujo mérito foi julgado em 27/8/98 (DJ de 25/6/99), a Segunda Turma da Corte, ao examinar o RE nº 442.683/RS, concluiu pela subsistência de atos administrativos de provimentos derivados ocorridos entre 1987 a 1992, em respeito aos postulados da boa-fé e da segurança jurídica. Consignou-se que, à época dos fatos, o entendimento a respeito do tema não era pacífico, o que teria ocorrido somente em 17/02/93 (data da publicação da decisão proferida na medida cautelar). 4. Agravamento regimental não provido. (RE 605.762-AgR-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe 9.6.2016)

Ante o exposto, nego seguimento ao recurso (art. 932, VIII, do NCPD, c/c art. 21, §1º, do RISTF) e, tendo em vista a ausência de fixação de honorários pela origem, deixo de aplicar o disposto no §11 do art. 85 do CPC.

(ARE 944244, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 27/11/2017, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-278 DIVULG 01/12/2017 PUBLIC 04/12/2017) - (Grifei).

53. Ao apreciar esse caso, o STJ tinha se manifestado nos seguintes termos:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. POLICIAL MILITAR. PARTICIPAÇÃO EM CURSO DE FORMAÇÃO POR FORÇA DE LIMINAR. APROVAÇÃO. PROMOÇÃO PARA 3º SARGENTO ASSEGURADA EM DECISÃO TRANSITADO EM JULGADO. APLICAÇÃO DA TEORIA DO FATO CONSUMADO. CARÁTER EXCEPCIONAL.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

1. *Inexiste violação do art. 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida, com enfrentamento e resolução das questões abordadas no recurso.*

2. *No caso dos autos, os agravados, policiais militares, ingressaram no curso de formação de 3º Sargento por meio de liminar deferida em Mandado de Segurança e, após a conclusão do curso, tiveram reconhecido, por preencherem todos os requisitos legais, o direito à promoção assegurado por decisão judicial transitada em julgado, em acórdão exarado em outro Mandado de Segurança. Ocorre que, após vários anos da promoção, o primeiro mandamus que assegurou a participação no curso de formação foi extinto por ter sido verificada a decadência. Por consequência, determinou-se o retorno dos policiais às suas graduações iniciais.*

3. Em casos excepcionais, em que a restauração da estrita legalidade ocasionaria mais danos sociais que a manutenção da situação consolidada pelo decurso do tempo, como no presente caso, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem-se firmado no sentido de admitir a aplicação da teoria do fato consumado.

Precedentes: AgRg no RMS 28.346/GO, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 03/08/2015; AgRg no REsp 1.478.224/SE, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 02/03/2015;

AgRg no REsp 1.416.078/PE, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 02/12/2014; REsp 1.172.660/DF, Rel. Min. Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 25/09/2014; AgRg no REsp 1.465.543/SC, Rel. Min.

Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 16/09/2014; AgRg no AgRg no REsp 1.192.881/MS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 29/03/2012.

4. Ressalte-se que a Corte a quo, ao aplicar a teoria do fato consumado na espécie, pautou-se pelo princípio da eficiência - diante da necessidade administrativa de sargentos nas corporações -, além dos princípios da segurança jurídica, da hierarquia e da irredutibilidade de vencimentos. E, ainda, registrou a peculiaridade de que a promoção dos agravados está assegurada por outra decisão judicial transitada em julgado, pelo reconhecimento do preenchimento dos requisitos legais, inclusive a aprovação no curso de formação.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1535240/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/11/2015, DJe 13/11/2015)

(Grifei).

54. Ademais, esclareço que esses precedentes colacionados não são casos isolados. Com efeito, há outros julgados semelhantes na jurisprudência do STF, que, apesar de longos, peço permissão para transcrever os seguintes:

DECISÃO:

Trata-se recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, assim ementado:

“ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. CONCURSO PÚBLICO PARA MÉDICO OBSTETRA/GINECOLOGISTA. CANDIDATA QUE NO MOMENTO DA POSSE NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

DEVIDA, ENCONTRANDO-SE NO EXERCÍCIO DO CARGO HÁ MAIS DE 12 (DOZE) ANOS. FATO CONSUMADO. CABIMENTO. TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO CONFERIDO COM A CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA, O QUAL SE DEU PROVAVELMENTE EM FEVEREIRO DE 1999. APLICAÇÃO DO ART. 6º DA LEI 6932/81. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO POR UNANIMIDADE. [...]

O recurso extraordinário busca fundamento no art. 102, III, a, da Constituição Federal. A parte recorrente alega violação aos arts. 2º e 37 da Constituição.

Por meio de decisão monocrática deste Tribunal, proferida em 26.02.2014, o recurso extraordinário foi admitido (art. 328, parágrafo único, do RI/STF), e determinado o retorno dos autos ao Tribunal de origem, para aguardar a manifestação do Supremo Tribunal Federal em repercussão geral (Tema 476).

Após o julgamento do mérito do paradigma (RE 608.482-RG) pelo STF, o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco ao proferir acórdão não modificou o acórdão ao fazer o juízo de retratação, pelos seguintes fundamentos:

“PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. POSSE EM CARGO PÚBLICO EM VIRTUDE DE DECISÃO LIMINAR. CANDIDATA QUE ATENDEU, NO TRANSCURSO DO PROCESSO, ÀS EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS PARA O CARGO DE MÉDICO OBSTETRA/GINECOLOGISTA (FLS. 51), ENCONTRANDO-SE NO EXERCÍCIO DO CARGO HÁ APROXIMADAMENTE 15 (QUINZE) ANOS. FATO CONSUMADO. APLICABILIDADE EXCEPCIONAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DISPOSTAS NO ART. 535 DO CPC – REDISCUSSÃO DE MATÉRIA – IMPOSSIBILIDADE – EMBARGOS REJEITADOS – PREQUESTIONAMENTO SÚMULAS 282 E 356 DO STF – DECISÃO UNÂNIME. 1 - Os embargos de declaração constituem recurso de extremados requisitos objetivos, conforme normatização imersa no artigo 535 do Código de Processo Civil, exigindo-se, para seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento. 2 – Não vislumbrando as hipóteses previstas em lei, não há como prosperar o inconformismo do embargante. 3 – In casu, restou esclarecido que a aplicação da Teoria do Fato Consumado no caso deu-se em caráter excepcional, até então admitido pela jurisprudência, vez que ficou constatada que a situação de fato posta em decorrência da medida liminar deferida restou convalidada diante da forma constitutiva do tempo, tornando-se desaconselhável sua desconstituição, não havendo que se cogitar de afronta aos arts. 2º, 5º, caput, 37, caput, da CF/88. 4 – Aclaratórios conhecidos somente para efeito de prequestionamento (Súmulas 282 e 356 do STF) do disposto nos artigos 2º, 5º, caput, 37, caput, da CF/88, porém rejeitados à unanimidade de votos.”

(...)

Ademais, não há como somente agora, após mais de 18 anos de exercício do cargo, a recorrida ser desvinculada dos quadros da Administração Pública Estadual. Em razão das peculiaridades do caso concreto, o Tribunal de origem concluiu que a reversão da situação consolidada na hipótese seria lesiva aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima.

Tal espécie de conclusão não é nova na jurisprudência desta Corte, a qual em algumas oportunidades e sempre com fundamento nas particularidades de cada caso, já reconheceu a subsistência de atos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

administrativos de provimento derivado de cargos públicos, em homenagem ao princípio da segurança jurídica. Nesse sentido, vejamos: MS 26.117/DF, Rel. Min. Eros Grau; MS 28.953/DF, Rel.^a Min.^a Cármen Lúcia; e RE 706.698-AgR/ES, Rel.^a Min.^a Rosa Weber, este último assim ementado:

(...)

Desse modo, a reforma do acórdão recorrido com a consequente confirmação do ato administrativo combatido importaria violação aos princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança.

Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do RI/STF, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Brasília, 04 de abril de 2017. Ministro Luís Roberto Barroso Relator

(RE 1009907, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, julgado em 04/04/2017, publicado em DJe-075 DIVULG 11/04/2017 PUBLIC 17/04/2017)

Decisão:

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que, ao reexaminar a matéria por força do disposto no art. 543-B, §1º do CPC/1973, concluiu pelo não cabimento de retratação, mantendo o acórdão anterior nos seguintes termos (fls. 149-149v):

“CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ARTIGO 543-B DO CPC. CONCURSO PÚBLICO. EXIGÊNCIA DO INTERSTÍCIO TEMPORAL DE DOIS ANOS DE BACHARELADO PARA PARTICIPAR DE CONCURSO DE INGRESSO NAS CARREIRAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. CANDIDATO QUE SE INSCREVEU NO CERTAME POR FORÇA DE LIMINAR, FOI APROVADO E ESTÁ EM EXERCÍCIO NO CARGO HÁ, PELO MENOS, 10 (DEZ) ANOS. CONSOLIDAÇÃO DA SITUAÇÃO FÁTICA AO LONGO DO TEMPO. MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO PROFERIDO NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO DA UNIÃO FEDERAL. NÃO ACOLHIMENTO DO ENTENDIMENTO FIRMADO PELO STF EM RECURSO REPETITIVO.

1. Embora a Vice-Presidência tenha entendido que a matéria arguida pela União encontraria respaldo com o quanto consagrado pelo Supremo Tribunal Federal por meio do Recurso Repetitivo, julgado nos autos do RE 608.482/RN, de relatoria do Ministro Teori Zavascki, submetido à sistemática do artigo 543-B do Código de Processo Civil, dos presentes autos verifica-se que a aprovação do impetrante no certame e o exercício da função de Procurador da República há quase 10 (dez) anos (o que, a toda evidência, indica que o impetrante já alçou a vitaliciedade), sem nenhuma notícia de desempenho insatisfatório do cargo ou conduta incompatível com a função, constituem particularidades excepcionais que conduzem ao caminho inverso do entendimento firmado no STF.

2. Trata-se de situação excepcional merecedora de amparo, tendo em vista que a prática e a experiência compensaram a lacuna originária concernente ao não cumprimento da exigência de ter o candidato 2 (dois) anos de bacharelado no ato da inscrição no concurso, não sendo razoável subverter tal estado de fato já consolidado, somente por apego ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

3. Acórdão mantido."

No recurso extraordinário interposto com fundamento no art. 102, III, a, da Constituição da República, sustenta-se, com base na ADI 1.040/DF, a constitucionalidade e aplicabilidade do art. 187 da Lei Complementar 75/93 ao caso ante o não cumprimento, pelo recorrido, da exigência de um biênio na condição de Bacharel em Direito como requisito para inscrição em concurso público para ingresso nas carreiras do Ministério Público da União. Defende, ainda, a inaplicabilidade da teoria do fato consumado.

É o relatório.

Decido.

Não assiste razão à recorrente.

De fato, esta Corte, ao analisar o RE 608.482-RG, Rel. Ministro Teori Zavascki, DJe 30.10.2014 (Tema 476), reconheceu a existência de repercussão geral da controvérsia referente à manutenção em cargo público, com base na teoria do fato consumado, de candidato investido por força de decisão judicial de caráter provisório. A ementa desse julgado tem o seguinte teor:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO REPROVADO QUE ASSUMIU O CARGO POR FORÇA DE LIMINAR. SUPERVENIENTE REVOGAÇÃO DA MEDIDA. RETORNO AO STATUS QUO ANTE. TEORIA DO FATO CONSUMADO, DA PROTEÇÃO DA CONFIANÇA LEGÍTIMA E DA SEGURANÇA JURÍDICA. INAPLICABILIDADE. RECURSO PROVIDO.

1. Não é compatível com o regime constitucional de acesso aos cargos públicos a manutenção no cargo, sob fundamento de fato consumado, de candidato não aprovado que nele tomou posse em decorrência de execução provisória de medida liminar ou outro provimento judicial de natureza precária, supervenientemente revogado ou modificado. 2. Igualmente incabível, em casos tais, invocar o princípio da segurança jurídica ou o da proteção da confiança legítima. É que, por imposição do sistema normativo, a execução provisória das decisões judiciais, fundadas que são em títulos de natureza precária e revogável, se dá, invariavelmente, sob a inteira responsabilidade de quem a requer, sendo certo que a sua revogação acarreta efeito ex tunc, circunstâncias que evidenciam sua inaptidão para conferir segurança ou estabilidade à situação jurídica a que se refere. 3. Recurso extraordinário provido.

Ocorre que, da leitura atenta do acórdão a quo conclui-se que, apesar de o Tribunal de origem ter reanalisado a controvérsia tendo em conta o disposto no julgamento supracitado, deixou de aplicar o entendimento assentado pelo STF ao caso em virtude da excepcionalidade da situação tratada nos autos.

Nesse sentido, o Colegiado de origem assentou (fls. 147-v):

"Ocorre que no caso vertente, a aprovação do impetrante no certame (frise-se: de concorrência acirrada) e o exercício da função de Procurador da República há quase 10 (dez) anos (o que, a toda evidência, indica que o impetrante já alçou a vitaliciedade), sem nenhuma notícia de desempenho insatisfatório do cargo ou conduta incompatível com a função, constituem particularidades excepcionais que conduzem ao caminho inverso do entendimento firmado no STF. Trata-se, portanto, de situação excepcional merecedora de amparo, tendo em vista que a prática e a experiência compensaram, sem sombra de dúvidas, a lacuna originária



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

concernente ao não cumprimento da exigência de ter o candidato 2 (dois) anos de bacharelado no ato da inscrição no concurso, não sendo razoável subverter tal estado de fato já consolidado, somente por apego ao princípio do instrumento convocatório.”

Verifica-se, portanto, que eventual divergência em relação ao entendimento adotado pelo Colegiado de origem demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que inviabiliza o processamento do apelo extremo, tendo em vista a vedação contida na Súmula 279 do STF. Acresce que, à época dos fatos, a jurisprudência do Supremo ainda não tinha se firmado quanto ao momento da comprovação da atividade jurídica exigida tão pouco quanto ao alcance e efetividade da teoria do fato consumado.

Ante o exposto, nego seguimento ao recurso extraordinário, nos termos do art. 21, §1º, do RISTF.

(RE 975513, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, julgado em 22/11/2016, publicado em DJe-253 DIVULG 28/11/2016 PUBLIC 29/11/2016)

(Grifei).

55. No mesmo sentido, é o entendimento do TJDFT :

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. CANDIDATO DESCLASSIFICADO EM AVALIAÇÃO FÍSICA. CONTINUIDADE NO CERTAME POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL. APROVAÇÃO NO CURSO DE FORMAÇÃO. NOMEAÇÃO E POSSE. TEORIA DO FATO CONSUMADO. APLICABILIDADE EXCEPCIONAL. CANDIDATO QUE, AO ASSUMIR O CARGO, É APROVADO EM RIGOROSOS TESTES FÍSICOS.

I. A teoria do fato consumado tem sido corretamente repudiada para consolidar situações jurídicas respaldadas em provimentos judiciais precários que depois restaram desconstituídos.

II. A aplicação excepcional da teoria do fato consumado não pode ser descartada em caráter peremptório, pois o Direito não é indiferente à realidade das relações e situações jurídicas que podem se apresentar revestidas de grande extraordinariedade.

III. Possibilidade de adoção, em caráter excepcional, da teoria do fato consumado como mecanismo de preservação de situação jurídica legitimamente consolidada.

IV. Não é razoável que, após a posse e o ingresso em força especial da Polícia Militar que requer testes físicos ainda mais rigorosos, o candidato venha a ser desclassificado por anterior reprovação em exame de aptidão física.

V. Peculiaridades do caso concreto.

VI. Recurso parcialmente provido.

(Acórdão n. 720259, 20100110312499APC, Relator: ANTONINHO LOPES, Relator Designado: JAMES EDUARDO OLIVEIRA, Revisor: JAMES EDUARDO OLIVEIRA, 4ª Turma Cível, Data de Julgamento: 18/09/2013, Publicado no DJE: 15/10/2013. Pág.: 133)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. POLÍCIA MILITAR DO DF. TESTE DE APTIDÃO FÍSICA. REPROVAÇÃO. LIMINAR. CONCLUSÃO COM APROVEITAMENTO. POSSE. SITUAÇÃO CONSOLIDADA.

I. Com base na teoria do fato consumado, que preconiza o respeito às situações de fato consolidadas em virtude de decisão judicial, deve-se prestigiar a situação do embargado, que concluiu todas as etapas do certame com aproveitamento, encontrando-se em pleno exercício da atividade pública, por força de liminar obtida.

II. Negou-se provimento ao recurso.

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

(Acórdão n. 766561, 20100110312499EIC, Relator: JAIR SOARES, Relator Designado: JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, Revisor: JOSÉ DIVINO, 2ª Câmara Cível, Data de Julgamento: 17/02/2014, Publicado no DJE: 12/03/2014. Pág.: 96)

(Grifei).

56. Ainda que, em tese, só para fins de argumentação, a teoria do fato consumado não fosse aplicada ao caso vertente, entendo assistir razão à Representante porquanto a Administração Pública não pode atuar de forma contraditória.

57. Nesse sentido, os princípios da segurança jurídica e da boa-fé objetiva resguardam o direito da Representante, assim como a vedação ao comportamento contraditório — *venire contra factum proprium* — impede que a Administração, após praticar atos em determinado sentido, que criaram uma aparência de estabilidade das relações jurídicas, venha adotar atos na direção contrária, com a vulneração de direito que, em razão da anterior conduta administrativa e do longo período de tempo transcorrido, já se acreditava incorporado ao patrimônio do administrado, o que no caso em tela ficou robustamente demonstrado.

58. Com efeito, o brocardo *nemo potest venire contra factum proprium* veda que alguém pratique uma conduta em contradição com sua conduta anterior, lesando a legítima confiança de quem acreditara na preservação daquele comportamento inicial.

59. Registro, ademais, que os atos da administração pública também estão sujeitos à aplicação do princípio da não contradição ou proibição do *venire contra factum proprium, in verbis*:

E M E N T A: MANDADO DE SEGURANÇA – CONCURSO PÚBLICO – PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA – RESERVA PERCENTUAL DE CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS (CF, ART. 37, VIII) – CANDIDATO CLASSIFICADO EM PRIMEIRO LUGAR PARA AS VAGAS VINCULADAS A ESSA ESPECÍFICA CLÁUSULA DE RESERVA CONSTITUCIONAL – ESTABELECIMENTO, PELO EDITAL E PELA LEGISLAÇÃO PERTINENTE, DE PARÂMETROS A SEREM RESPEITADOS PELO PODER PÚBLICO (LEI Nº 8.112/90, ART. 5º, §



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

2º, E DECRETO Nº 3.298/99, ART. 37, §§ 1º E 2º) – DIREITO PÚBLICO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO – A QUESTÃO DA VINCULAÇÃO JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AO EDITAL – PRECEDENTES – **CLÁUSULA GERAL QUE CONSAGRA A PROIBIÇÃO DO COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO – INCIDÊNCIA DESSA CLÁUSULA (“NEMO POTEST VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM”) NAS RELAÇÕES JURÍDICAS, INCLUSIVE NAS DE DIREITO PÚBLICO QUE SE ESTABELECEM ENTRE OS ADMINISTRADOS E O PODER PÚBLICO – PRETENSÃO MANDAMENTAL QUE SE AJUSTA À DIRETRIZ JURISPRUDENCIAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – MANDADO DE SEGURANÇA DEFERIDO – INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DE AGRAVO – RECURSO IMPROVIDO.**

(MS 31695 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 03/02/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-067 DIVULG 09-04-2015 PUBLIC 10-04-2015)

(Grifei).

60. Nesse contexto, mesmo diante da situação precária da militar em voga, que integrou a Corporação por cerca de 9 anos sem amparo de decisão judicial, o CBMDF vem atuando no sentido de mantê-la em seus quadros, haja vista que tem investido em sua formação, aperfeiçoamento e especialização, além de promovê-la sucessivamente até a graduação de capitã.

61. Cabe registrar que o STF tem admitido a prevalência de julgados nesse sentido, *in verbis*:

Decisão:

Vistos.

Trata-se de agravo contra a decisão que não admitiu recurso extraordinário interposto contra acórdão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, assim ementado:

“MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSAR NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ. PRELIMINAR DE NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. LIMITAÇÃO DE ALTURA. EXIGÊNCIA CONTIDA APENAS NO EDITAL DO CERTAME. OMISSÃO DA LEI DE REGÊNCIA. SITUAÇÃO INCOMPATÍVEL COM OS ART. 7º, INC. XXX, ART. 39, § 3º, E ART. 37, INCS. I E II, TODOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO VIOLADO. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SEGURANÇA CONCEDIDA. 1. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA.

Não procede a objeção do Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Ceará, bem como do parecer proferido pela d. Procuradoria Geral de Justiça, de que a pretensão do impetrante reclama dilação probatória inviável no âmbito do mandado de segurança. Com efeito, a inicial veio instruída com cópia da ficha médica de quando do impetrante pertencia ao quadro do Exército Brasileiro (fls.15), bem como cópia do Certificado de Reservista de 2ª Categoria (fls. 16), onde atesta a altura de 1,62m (um metro e sessenta dois centímetros), e ainda os documentos de fls. 17 e 35, onde informa, respectivamente, a classificação do impetrante no vestibular 99.1 e o resultado da inspeção



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

de saúde. Portanto, o fundamento invocado não pode ser acolhido para obstar o exame do mérito da impetração. Preliminar rejeitar.

2. É indiscutível a inexistência do art. 11 da Lei n. 10.072/76 sobre a questão em debate, porque nele não se estabelece claramente a altura mínima para ingresso na carreira militar, mas tão somente exige a capacidade física do candidato. Na prática, transfere-se a atribuição de, concretamente, fixar o balizamento etário e de altura à discricionariedade ou ao arbítrio do Administrador e, a cada concurso, isso poderá variar.

3. In casu, à época, a exigência editalícia do certame, ao fixar a altura mínima de 1,60m, passa da lei para criar, com caráter de discriminação, condição outra para obstar o acesso ao cargo público, contrariando os art. 7º, inc. XXX, art. 39, § 3º, e art. 37, incs. I e II, todos da Constituição da República.

4. Tal como a idade, o limite de altura mínima para o exercício das funções de cargo público, deve estar previamente definido em lei, sendo inválida a fixação exclusiva no edital do concurso de seleção.

5. O princípio da legalidade impõe que somente a lei, em sentido formal, pode definir os requisitos, bem como impor condições, para o preenchimento de cargos, empregos ou funções públicas. 6. que do contrário fosse, tenho por clarividente, em face da documentação acostada aos autos, mais precisamente a cópia da ficha médica de quando do impetrante pertencia ao quadro do Exército Brasileiro (fls.15), bem como cópia do Certificado de Reservista de 2ª Categoria (fls. 16), resta delineado, com densidade líquida e certa, que o impetrante apresenta, pelo menos, 1,62m (um metro e sessenta e dois centímetros) de estatura, a qual seria condizente com a limitação de altura prevista no Edital para admissão na Corporação Castrense.

7. Não se pode olvidar o fato de a liminar ter sido concedida no longínquo mês de fevereiro de 1999, ou seja, a liminar perdura há mais de 13 anos, o que por si já demonstraria a necessidade de aplicação do princípio da confiança do administrado na administração pública, eis que o ente público vem atuando no sentido de mantê-lo na administração, haja vista que o vem promovendo no decorrer destes anos.

8. In casu, entendo ser aplicável a teoria do fato consumado, eis que é uma situação excepcional. Sobre a teoria do fato consumado, é sabido que tal construção veio para concretizar o princípio da segurança jurídica, estabilizar no plano jurídico situações já devidamente consolidadas no mundo dos fatos. Deste modo, uma situação de fato já sedimentada pelo decurso do tempo deve permanecer do modo como está, privilegiando-se a solidez das relações sociais.

9. Com efeito, não se pode admitir que a tramitação de um feito por quase uma década e meia sem a prolação de uma decisão de mérito, acabe por destruir uma carreira de mais de treze anos na Polícia Militar, conforme se extrai dos documentos acostados aos autos. Cabe mencionar que a irrepreensível conduta do impetrante no desempenho de suas atribuições, bem como pelo fato de o Estado já ter investido consideráveis quantias para dar adequada formação ao autor verifica-se que Estado reconhece o direito do impetrante a concessão da segurança, haja vista que o promoveu sucessivamente até a graduação de capitão, o que por si já seria suficiente para aduzir que não há interesse do ente público na denegação da segurança. Aplica-se a teoria do fato consumado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

10. Mesmo que a teoria do fato consumado não fosse aplicada ao caso vertente, ainda sim, não seria cabível a denegação da segurança porque o Estado não pode atuar de forma contraditória. Os princípios da segurança jurídica e da boa-fé objetiva resguardam o direito do impetrante, bem como a vedação ao comportamento contraditório (venire contra factum proprium), impedem que a Administração, após praticar atos em determinado sentido, que criaram uma aparência de estabilidade das relações jurídicas, venha adotar atos na direção contrária, com a vulneração de direito que, em razão da anterior conduta administrativa e do longo período de tempo transcorrido, já se acreditava incorporado ao patrimônio do administrado, o que no caso em tela ficou cabalmente demonstrado.

11. ORDEM CONCEDIDA”

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados. No recurso extraordinário, sustenta-se violação dos artigos 2º, 5º, caput e inciso XIII, e 37, incisos I e II, da Constituição Federal.

Decido.

Não merece prosperar a irresignação, uma vez que a Corte de origem, ao assentar somente ser legítima a cláusula de edital que prevê altura mínima para habilitação para concurso público quando mencionada exigência tiver lastro em lei, em sentido formal e material, decidiu sintonia com a jurisprudência deste Supremo Tribunal. Nesse sentido:

“Agravos regimentais no recurso extraordinário. Administrativo. Concurso público. Policial. Altura mínima. Edital. Previsão legal. Necessidade. Precedentes. 1. É pacífica a jurisprudência do Tribunal no sentido de somente ser legítima a cláusula de edital que prevê altura mínima para habilitação para concurso público quando mencionada exigência tiver lastro em lei, em sentido formal e material. 2. Agravo regimental não provido” (RE nº 593.198/SE-AgR, Primeira Turma, de minha relatoria, DJe de 1/10/13).

“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. POLICIAL MILITAR. ALTURA MÍNIMA. PREVISÃO LEGAL. INEXISTÊNCIA. 1. Somente lei formal pode impor condições para o preenchimento de cargos, empregos ou funções públicas. Precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento” (AI nº 627.586/BA-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro Eros Grau, DJe de 19/12/07)

“DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONCURSO PÚBLICO. EXIGÊNCIA DE ALTURA MÍNIMA. LIMITAÇÃO IMPOSTA APENAS POR EDITAL. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal possui o entendimento de que a exigência de altura mínima para o cargo de policial militar é válida, desde que prevista em lei em sentido formal e material, bem como no edital que regulamente o concurso. 2. Na hipótese, apenas o edital do concurso estabelecia a exigência, de modo que tal limitação se mostra ilegítima. Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento” (ARE nº 906.295/RJ-AgR, Primeira Turma, Relator o Ministro Roberto Barroso, DJe de 15/12/15).

Ademais, para ultrapassar a conclusão firmada no acórdão impugnado de que o impetrante, ora recorrido, atendeu aos requisitos fixados no edital do certame demandaria, indubitavelmente, o reexame do conjunto



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

fático-probatório dos autos, o que foge do campo do recurso extraordinário. A propósito:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. HABILITAÇÃO PARA O CARGO CONCORRIDO. ACÓRDÃO FUNDAMENTADO NO CONJUNTO PROBATÓRIO E NAS CLÁUSULAS DO EDITAL DO CONCURSO. SÚMULAS NS. 279 E 454 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO” (ARE nº 910.443/RN-AgR, Segunda Turma, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, DJe de 20/10/15). “Militar. Concurso público. Idoneidade moral. Edital 2. Necessária prévia análise do edital e revolvimento da matéria fático-probatória. Súmulas 454 e 279. 3. Ausência de argumentos suficientes a infirmar a decisão agravada. 4. Agravo regimental a que se nega provimento.” (ARE nº 844.055/MG-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJe de 1/7/15).

Ante o exposto, nos termos do artigo 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Brasília, 25 de agosto de 2016. Ministro Dias Toffoli Relator Documento assinado digitalmente

(ARE 989489, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, julgado em 25/08/2016, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-195 DIVULG 12/09/2016 PUBLIC 13/09/2016)

(Grifei).

62. Nesse diapasão, também tem se posicionado o STJ:

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. CURSO DE FORMAÇÃO. MATRÍCULA POR FORÇA DE LIMINAR.

*MÉRITO JULGADO IMPROCEDENTE. MANUTENÇÃO NA ACADEMIA, INGRESSO E PROMOÇÃO NA CARREIRA POR ATOS DA ADMINISTRAÇÃO POSTERIORES À CASSAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL. **TRANSCURSO DE MAIS DE CINCO ANOS. ANULAÇÃO. SEGURANÇA JURÍDICA E BOA-FÉ OBJETIVA VULNERADOS. VEDAÇÃO AO COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE.** CONSTATAÇÃO DE QUE O CANDIDATO PREENCHIA O REQUISITO CUJA SUPOSTA AUSÊNCIA IMPEDIRA SUA ADMISSÃO NO CURSO DE FORMAÇÃO. ATENDIMENTO AOS PRESSUPOSTOS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS PARA INGRESSO E EXERCÍCIO DO CARGO DE OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR.*

1. Os princípios da segurança jurídica e da boa-fé objetiva, bem como a vedação ao comportamento contraditório (venire contra factum proprium), impedem que a Administração, após praticar atos em determinado sentido, que criaram uma aparência de estabilidade das relações jurídicas, venha adotar atos na direção contrária, com a vulneração de direito que, em razão da anterior conduta administrativa e do longo período de tempo transcorrido, já se acreditava incorporado ao patrimônio dos administrados.

2. À luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, verifica-se que o Recorrente, em sentido material, preenchia os requisitos editalícios para admissão no Curso de Formação, inclusive aquele cuja ausência formal constituía obstáculo inicial à sua matrícula e que ensejou o ajuizamento da ação judicial em cujo bojo obteve a liminar.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

3. Hipótese em que, embora a liminar que autorizara a matrícula do Recorrente no Curso de Formação tivesse sido cassada, expressamente, em 18 de fevereiro de 1997 e não houvesse nenhum outro título judicial que determinasse sua permanência na carreira militar, não tomou a Administração nenhuma atitude no sentido de afastá-lo. Pelo contrário, além de permanecer matriculado até a conclusão do Curso de Formação, findada em 05 de dezembro de 1997, ingressou na carreira e, ainda, foi promovido, em 05 de outubro de 1998, à patente de 2º Tenente, vindo a ser anulados esses atos tão-somente em 21 de maio de 2002.

4. A ausência de atos administrativos tendentes a excluir o Recorrente das fileiras militares após a cassação da liminar, corroborada pela existência de atos em sentido contrário (manutenção no Curso, promoção), além da instauração de processo administrativo, pela Academia de Polícia Militar, de ofício, para tornar definitiva a matrícula que fora efetivada, inicialmente, em razão de liminar, fez criar uma certeza de que a questão do seu ingresso na carreira militar estava resolvida.

5. Os atos de admissão e promoção do Recorrente praticados pela Administração, bem como o longo tempo em que eles vigoraram, indicavam, dentro da perspectiva da boa-fé, que o seu ingresso na carreira militar já havia se incorporado, definitivamente, ao seu patrimônio jurídico, pelo que sua anulação, com base em fato anterior à prática dos atos anulados (cassação da liminar), feriram os princípios da segurança jurídica e da boa-fé objetiva, tendo sido infringida a cláusula venire contra factum proprium ou da vedação ao comportamento contraditório.

6. Hipótese concreta que não cuida da aplicação da teoria do fato consumado para convalidar ato ilegal, o que é rechaçado por esta Corte, mas de fazê-la incidir, juntamente com os princípios da segurança jurídica e boa-fé, para tornar sem efeito atos praticados com ofensa aos princípios constitucionais da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade.

7. Recurso ordinário provido para conceder a segurança e anular o ato que cassou a promoção do Recorrente à patente de 1º Tenente, bem como o ato que determinou sua exclusão dos quadros da Polícia Militar, determinando seu imediato retorno à função ocupada, com todos os consectários jurídico-financeiros dele decorrentes.

(RMS 20.572/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 01/12/2009, DJe 15/12/2009)

(Grifei).

63. O entendimento do TJDFT trilha caminho idêntico:

MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CARGO DE ATENDENTE DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL. CANDIDATA QUE PROSSEGUIU NO CERTAME NA CONDIÇÃO SUB JUDICE. CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL SOMENTE DEPOIS DE EXPIRADO O PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO. APROVAÇÃO NO CERTAME OBTIDA APÓS O TÉRMINO DO PRAZO DE VALIDADE. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. NÃO ACOLHIMENTO. MÉRITO. PEDIDO DE NOMEAÇÃO E POSSE. DEMORA EXCESSIVA NO CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL. ILEGALIDADE CONFIGURADA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO CONFIGURADO. SEGURANÇA CONCEDIDA.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

1. Não há que se falar em ausência de interesse de agir, pois, decidido que o objeto da lide anterior não alcançava a nomeação e posse da ora impetrante no cargo público, não se podendo, assim, presumir o provimento do agravo de instrumento, inviável negar à impetrante o acesso à jurisdição, devendo-lhe ser oportunizado o exercício do seu direito de ação, como única via disponível para obter a tutela pretendida, demonstrando, assim, a existência de necessidade, utilidade e adequação do presente mandado de segurança.

2. Os princípios da boa-fé, da proteção à confiança e da segurança jurídica não autorizam a adoção de comportamentos contraditórios pela Administração, como a prática de atos em determinado sentido, que, na singularidade do caso concreto, criaram uma aparência de estabilidade e de preservação do direito buscado pela ora impetrante, em razão do significativo tempo transcorrido para o cumprimento de decisão judicial pelo Distrito Federal, o qual não se manifestou em momento algum acerca de qualquer óbice advindo dessa demora a que deu causa, para depois adotar atos em sentido contrário.

3. A boa-fé que deve reger as relações jurídicas demanda uma coerência na conduta adotada pelas partes, não podendo o Estado atuar em contradição com seu comportamento anterior, conforme preceitua o princípio nemo potest venire contra factum proprium.

4. Preliminar de ausência de interesse de agir não acolhida. No mérito, segurança concedida para determinar a nomeação da impetrante e, caso atendidos os requisitos legais e editalícios, sua posse no cargo de Atendente de Reintegração Social, da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal.

(Acórdão n.1043722, 20160020442514MSG, Relator: ROBERVAL CASEMIRO BELINATI CONSELHO ESPECIAL, Data de Julgamento: 15/08/2017, Publicado no DJE: 05/09/2017. Pág.: 31)

(Grifei).

64. Assim, com base nos princípios da boa-fé, da proteção à confiança e da segurança jurídica, não pode a Administração adotar comportamentos contraditórios (*venire contra factum proprium*), omitindo-se, agora, de examinar a legalidade, para fins de registro, do ato de admissão da Representante.

65. Tal compreensão decorre do fato de que a própria Corporação gerou uma aparência de estabilidade nas relações jurídicas, ao deixá-la protraírem-se no tempo sem qualquer preocupação ou manifestação com o fato de a militar ter integrado a Corporação por cerca de 9 anos sem amparo de decisão judicial, criando, assim, uma confiança legítima na Representante de que a legalidade do ato de admissão seria apreciada para fins de registro.

66. De fato, não obstante a liminar que autorizara a matrícula da Representante no Curso de Formação ter decaído em 27.2.2008, quando o TJDFT acolheu preliminar de decadência, determinando a extinção do processo principal, e, posteriormente, em 19.1.2011; ter acórdão do TJDFT considerado



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

ausentes os requisitos necessários à concessão da liminar; somente sendo restabelecida em 10.10.2017, por força de cautelar concedida pelo STJ à candidata para permanecer no *status quo* atual até o julgamento do mandado de segurança pelo juízo de primeiro grau, **não tomou a Administração nenhuma atitude no sentido de afastar a militar da Corporação**. Pelo contrário, além de permanecer matriculada até a conclusão do Curso de Formação, ingressou na carreira e, ainda, obteve administrativamente a promoção na hierarquia até a patente de Capitã.

67. Os atos de admissão e promoção da Representante praticados pela Administração, bem como o longo tempo em que eles vigoraram indicavam, dentro da perspectiva da boa-fé, que o seu ingresso na carreira militar já havia se incorporado, definitivamente, ao seu patrimônio jurídico.

68. Assim, observo que a situação da Representante não só se mostra consolidada, mas também a própria Administração demonstrou que a permanência da militar nas fileiras da Corporação atende o interesse público.

69. Diante do exposto, em razão da relevância dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da segurança jurídica, da proteção à confiança, da boa-fé e da razoabilidade, VOTO no sentido de que o e. Plenário:

I. tome conhecimento do Ofício SEI-GDF nº 54/2018 – CBMDF/GABCG (Peça 12), considerando cumprida a diligência determinada pelo item II da Decisão nº 6066/2017, bem como da ficha admissional juntada aos autos (Peça 13);

II. julgue procedente a representação inicial dos autos, para considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão da representante, consoante ficha admissional juntada aos presentes autos (Peça 13);

III. encaminhe cópia deste Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e à Procuradoria-Geral do Distrito Federal;

IV. dê conhecimento da decisão que vier a ser proferida à signatária da representação;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

V. autorize o retorno dos autos à SEFIPE para os devidos fins.

Sala das Sessões, 27 de março de 2018.

MÁRCIO MICHEL
Conselheiro-Relator